

ISSN - 2359-6007

GEOCONEXÕES

V.1 (2017)



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte

ISSN - 2359-6007

GEOCONEXÕES

V.1 (2017)

1ª Edição

Capa

Igor Silva de Lima

Diagramação

Igor Silva de Lima

Editores

Gerson Gomes do Nascimento

Malco Jeiel de Oliveira Alexandre

Organização

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte

sumário

03 EDITORIAL

04 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA SUB-BACIA DO RIO SALGADO NA MESORREGIÃO SUL CEARENSE - Parte I - Clima e Arcabouço Geológico

17 A PRODUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA URBANA NO LITORAL NORTE DE JOÃO PESSOA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

33 ESTUDO GEOHISTÓRICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS NA AVENIDA PRESIDENTE BANDEIRA NO BAIRRO DO ALECRIM EM NATAL/RN

Editorial

A quinta edição da Revista Geoconexões traz como primeiro artigo uma análise da questão da sub-bacia hidrográfica do Rio Salgado, afluente da Bacia do rio Jaguaribe que está situada na porção sudeste do Estado do Ceará, drenando todo o Vale do Cariri, região diferenciada em meio ao semiárido nordestino devido à perenidade da maioria de seus cursos d'água, constituindo as veias do Cariri cearense. Dessa forma, Simone Cardoso Ribeiro objetiva apresentar alguns elementos constituintes de sua paisagem de forma pormenorizada – os aspectos climáticos e a base geológico-estrutural da área em questão. O segundo artigo intitulado um estudo geohistórico sobre a distribuição dos serviços na Avenida Presidente Bandeira no bairro do Alecrim em Natal/RN dos autores Welliton Belo da Rocha e Gerson Gomes do Nascimento mostra a distribuição dos serviços ali existentes bem como classificá-los dentro do contexto da produção do espaço do referido bairro. O terceiro e último artigo traz uma análise do processo histórico da produção da estrutura fundiária urbana no litoral norte de João Pessoa revelando suas contradições. Nesse sentido, a discussão preocupa-se em abordar a construção da renda fundiária urbana, suas relações complexas e as intermediações dos promotores imobiliários e o Estado.

**CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA SUB-BACIA DO RIO SALGADO
NA MESORREGIÃO SUL CEARENSE - Parte I - Clima e Arcabouço Geológico**

Simone Cardoso Ribeiro

Professora Associada – Dept. Geociências – Universidade Regional do Cariri (URC)

Resumo

A sub-bacia hidrográfica do rio Salgado, afluente da Bacia do rio Jaguaribe, está situada na porção sudeste do Estado do Ceará, e drena todo o Vale do Cariri, região diferenciada em meio ao semiárido nordestino devido à perenidade da maioria de seus cursos d'água, constituindo as veias do Cariri cearense. Pretende-se apresentar os elementos constituintes da paisagem desta sub-bacia de acordo com a conceituação geossistêmica de Bertrand (1971), uma vez que este agrega estudos sobre fenômenos espaciais, geográficos, em que os elementos físico-biológicos e sócio-econômico-culturais se relacionam e produzem um espaço diferenciado. Assim, neste primeiro artigo sobre a Geografia Física Global da sub-bacia do rio Salgado, objetiva-se apresentar alguns elementos constituintes de sua paisagem de forma pormenorizada – os aspectos climáticos e a base geológico-estrutural da área. Para tanto foram utilizados trabalhos de levantamentos destes recursos naturais por órgão oficiais do Estado brasileiro (Ministério de Minas e Energia – MME/Projeto RADAMBRASIL, Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH), assim como de teses e publicações acadêmicas sobre a área de estudo.

Palavras-Chaves: Geossistema. Cariri Cearense. Paisagem.**Abstract**

The sub-basin of the Salgado river, a tributary of the Jaguaribe river, is located in the southeastern portion of the State of Ceará, and drains all the Valley of Cariri, differentiated region amid the northeastern semi-arid region due to the continuation of most of its watercourses 'water, making the veins of Cariri cearense. It is intended to present the landscape of the constituent elements of this sub-basin according to geosystemic concept of Bertrand (1971), since this adds studies of spatial phenomena, geographical, in which the physical and biological elements and socio-economic-cultural they relate and produce a different space. Thus, this first article on Geography Global Physics sub-basin of the Salgado river, aims to present some constituent elements of the landscape in detail - the climatic aspects and geological-structural base. Therefore, we used survey work of these natural resources by official organ of the Brazilian State (Ministry of Mines and Energy - MME / Project RADAMBRASIL, Superintendence for the Northeast Development - SUDENE, Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, Ceará Meteorology Foundation and Water Resources - FUNCEME, Company Water Management - COGERH), as well as theses and academic publications on the study area.

Keywords: Geosystem. Cariri Cearense. Landscape.

Introdução

O semiárido nordestino caracteriza-se fisiograficamente pelas vastas extensões pediplanadas, em sua maioria esculpidas em rochas cristalinas Pré-Cambrianas com solos rasos e pedregosos. Os cursos d'água são em predominância de regime intermitente, e a vegetação de caatinga é a mais encontrada. Estes elementos estão direta ou indiretamente relacionados ao seu clima, quente com chuvas irregulares e concentradas.

Do ponto de vista ocupacional, as áreas sertanejas semiáridas encontram-se fracamente povoadas, com cidades pequenas e propriedades rurais predominantemente de grande e médio porte, onde se pratica uma agricultura tradicional e uma pecuária extensiva voltada para o abate.

As bacias hidrográficas do Estado do Ceará apresentam certas características comuns: em geral são temporários, intimamente ligados à pluviosidade; junto aos relevos das serras e dos seus sopés são mais favorecidas pelas precipitações mais elevadas e melhor distribuídas, tendo os cursos d'água sua drenagem assegurada durante quase todo o ano; ao contrário, junto aos relevos aplainados dos sertões os rios secam no fim da estação chuvosa.

A bacia do rio Jaguaribe é a mais extensa e importante do estado do Ceará ocupando uma área de aproximadamente 72.000 km². O aspecto desta bacia é o de uma vasta depressão, ocupada nas partes mais baixas (100-250m) por glaciais sertanejos e bordejada por relevos de altitudes superiores a 700 e 800 metros (JACOMINE et al, 1973, p. 14).

A sub-bacia hidrográfica do rio Salgado, afluente da Bacia do rio Jaguaribe, está situada na porção sudeste do Estado do Ceará, inscrita num macropolígono cujas coordenadas abrangem 6°00' a 7°50' de latitude Sul e 38°30' a 39°45' de longitude Oeste. Com uma área drenada de 13.450,94 km², correspondente a 9,07% do território estadual (IPECE, 2011), é composta por 23 municípios (FIGURA 01), e conta com uma população de 899.670 pessoas (IBGE, 2010).

O rio Salgado, com extensão de 308 km, tem suas nascentes na Chapada do Araripe, na divisa dos estados de Ceará e Pernambuco, e em seu curso reúne drenagens originadas nas terras altas nos limites do Ceará com Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte tendo como principais afluentes os rios Batateiras, Granjeiro, Riacho do Saco, Riacho Lobo, rio Carás, Riacho São José, rio Missão Velha, Riacho dos Porcos, Riacho do Cuncas, Riacho Olho D'água, Riacho Rosário e Riacho São Miguel. Seus terrenos são formados 85% de rochas cristalinas e 15% de rochas sedimentares, estando os melhores aquíferos localizados na Bacia Sedimentar do Araripe (COGERH, 2007).

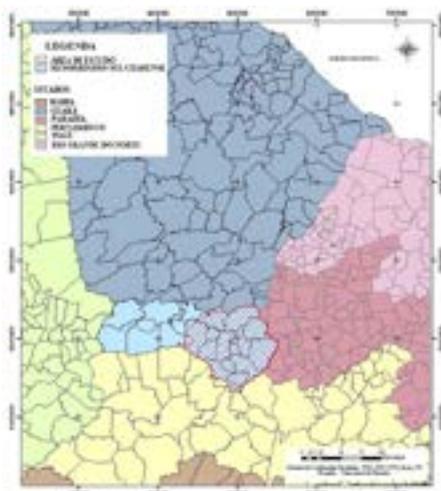


FIGURA 01 - Localização da área da sub-bacia do rio Salgado na Mesorregião Sul cearense. Fonte: RIBEIRO, 2012.

Nas vertentes da chapada do Araripe, o rio possui declividades muito acentuadas, que vão se tornando mais suaves à medida que atravessa o Planalto Sertanejo e se aproxima da Depressão Sertaneja. As declividades do talvegue variam de 0,1% a 8%, sendo a média 0,18% (GATTO, 1999)

Tem suas áreas em sua maioria utilizadas para a agropecuária onde se destaca a prática de sequeiro; as técnicas de preparação do solo nesta sub-bacia são rudimentares, destacando-se as coivaras e queimadas, deixando o solo empobrecido. Fazem parte desta paisagem também grandes espaços com plantações de cana-de-açúcar em áreas do vale do Cariri, próximo à Chapada do Araripe, ocupados por planícies aluviais. A criação de gado na região, que teve início na época do Brasil colônia, é feita de forma extensiva e não levou em consideração a fragilidade da Caatinga, principal ecossistema da região, utilizando-se de métodos ambientalmente degradadores para sua expansão e reprodução.

A área escolhida para o estudo, municípios desta sub-bacia incluídos na Mesorregião Sul Cearense – Abaiara, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte e Porteiras – ocupa 8.112,63 km², equivalente a 61% da área da sub-bacia do rio Salgado, e 5,59 % do território cearense, e conta com uma população de 710.648 habitantes (IBGE, 2010), onde um crescimento demográfico na casa dos 11% vem modificando a paisagem de forma nítida.

Para uma melhor caracterização geoambiental da área de estudo, optou-se apresentar os elementos constituintes da paisagem de acordo com a conceituação geossistêmica de Bertrand (1971), uma vez que este agrega estudos sobre fenômenos espaciais, geográficos, em que os elementos físico-biológicos e sócio-econômico-culturais se relacionam e produzem um espaço diferenciado. Adicionada à visão integrativa da paisagem, foram analisadas de forma mais específica, as relações entre os elementos paisagísticos com os processos e formas do relevo da área.

O conceito de geossistema de Bertrand (1971) expressa o sentido de uma geografia física global (espaço geográfico), composto de dois subconjuntos: um físico e outro humano, resultante da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. Esta relação resulta da combinação entre o potencial ecológico (relevo, clima e hidrologia), a exploração biológica (vegetação, solo e fauna) e a ação antrópica.

Nesta primeira parte, serão examinadas algumas propriedades que compõem o potencial ecológico, das áreas drenadas pela sub-bacia do rio Salgado, onde trataremos das características e dinâmica climáticas assim como das litologias e estruturas geológicas. Em artigos posteriores serão tratadas as demais características da área.

Dinâmica e características climáticas regionais

De modo geral, o clima da Região Nordeste caracteriza-se pela ocorrência de dois períodos definidos, um mais longo, seco, intercalado por um pluvial curto e irregular, que pode não acontecer. Possui temperaturas elevadas - com a média para o mês mais frio sempre acima de 18o C, devido às suas baixas latitudes (FIBGE, 1977)

As chuvas no interior nordestino, e conseqüentemente na área em foco, são determinadas pelas oscilações na Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). A Zona de Convergência Intertropical - área de encontro dos Alísios dos dois Hemisférios latitudinais - acompanha os

deslocamentos do Equador térmico e tem sua posição meridional extrema aproximadamente no início do outono, época em que o anticiclone do Atlântico Sul atinge sua mínima pressão. Sendo zona de forte convecção, consegue transpor as barreiras orográficas e penetrar no interior (porém, já com sua umidade reduzida).

Além da ZCIT, outros sistemas atmosféricos atuam entre fevereiro e maio, quais sejam, Vórtices Ciclônicos de Ar Superior (VCAS), Frentes Frias, Linhas de Instabilidade, Sistemas Convectivos de meso-escala e Oscilação 30-60 dias. Desta forma, a estação chuvosa do Sertão nordestino, assim como em vários pontos de seu litoral norte, ocorre na sequência verão-outono e é determinada pelas ondulações da ZCIT a noroeste, aliada às penetrações das correntes perturbadas de oeste-noroeste (FUNCEME, 1990).

No Ceará, as chuvas mais significativas iniciam-se em dezembro e podem estender-se até junho ou julho, dependendo das condições oceânicas e atmosféricas atuantes. A região do Cariri, onde está localizada a sub-bacia do rio Salgado, é influenciada pelos sistemas e fenômenos climáticos descritos anteriormente no tocante aos índices de precipitação. Observando os números da quantidade de chuva dos anos de 1979 a 2008, e destacando os picos tanto dos anos mais secos e mais chuvosos, Silva et al (2010) percebeu que estes acompanham uma dinâmica que é fortemente influenciada por estes sistemas. Como dito anteriormente, a ZCIT (Zona de Convergência Intertropical) do Atlântico se mostra na faixa equatorial do Oceano Atlântico como uma zona de baixa pressão, onde há o encontro dos ventos alísios e intensa formação das cumulus nimbo, que são nuvens responsáveis por chuvas intensas. A zona de convergência ocorre em todo o globo, mas é na área do Atlântico que as nuvens estão mais concentradas, diferente do Pacífico, que, pela sua maior extensão, dispersa mais facilmente as nuvens.

Segundo Xavier et al (2003), a migração da ZCIT para o sul da Linha do Equador, interfere na promoção de uma maior precipitação no primeiro semestre do ano, sendo neste período que ocorrem as chuvas de maiores volumes. Dessa maneira a ZCIT do Atlântico interfere na promoção das chuvas na Região do Cariri, porém a antecipação do período concentrado de precipitação em relação ao norte do estado do Ceará (quadrimestre fevereiro a maio) faz com que se busque outro sistema na sua conjuntura climatológica, neste caso, frentes frias vindas do sul. Neste sentido, Molion e Bernardo (2000) lembram que um mecanismo importante de produção de chuva para o Nordeste meridional e oriental é a penetração de sistemas frontais, ou seus restos, entre as latitude 5°S e 18°S.

Os postos pluviométricos de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha, com período de observação de até 74 anos, acusam uma precipitação média anual, da ordem de 1.033 mm; para toda a Região do Cariri, a média é de 920 mm/ano (MMA, 1999). Para a sub-bacia do rio Salgado, Silva et al, (2010) analisando dados da FUNCEME de um período de 30 anos (1979-2008) encontraram como média anual de 889,4 mm, concentração das precipitações no trimestre fevereiro-março-abril, sendo o mês de março o mais chuvoso em 22 dos 23 municípios estudados (TABELA 01).

No Vale do Cariri, e em especial no alto da chapada do Araripe, há queda de temperatura e aumento da precipitação, indicando que ali o clima seria classificado em AW', ou seja, clima tropical chuvoso, com a estação chuvosa no outono. De acordo com os dados da SUDENE (JACOMINE et al, 1973), pode-se classificar o Cariri como pertencente a classe Amw', devido a seus índices de umidade. Esta classe caracteriza-se por tem o mês mais seco com precipitação abaixo de 60 mm, ou seja, uma seca atenuada, sendo o clima um intermediário entre o Aw'(tropical chuvoso) e o Af (tropical úmido).

A classificação climática de Köppen-Geiger, mais conhecida por classificação de Köppen foi proposta em 1900 pelo climatologista alemão Wladimir Köppen e aperfeiçoada várias vezes com a colaboração de Rudolf Geiger até a publicação da última versão em 1936. A classificação é baseada no pressuposto de que a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima nela prevalente. Na determinação dos tipos climáticos de Köppen-Geiger são considerados a sazonalidade e os valores médios anuais e mensais da temperatura do ar e da precipitação.

MUNICÍPIO	TRIMESTRE MAIS CHUVOSO	MES MAIS CHUVOSO (MÉDIA MENSAL)	TRIMESTRE MAIS SECO	MES MAIS SECO (MÉDIA MENSAL)	ANO MAIS CHUVOSO (TOTAL ANUAL)	ANO MAIS SECO (TOTAL ANUAL)	MÉDIA ANUAL NORMAL (AFROK)
ABAIARA	Fev-mar-abr	Março - 248mm	Jul-ago-set	Agosto - 01mm	1985 - 1.713mm	1982 - 595mm	666mm
ACRÓRIA	Fev-mar-abr	Março - 235mm	Ago-set-out	Agosto - 01mm	1945 - 1.671mm	1994 - 516mm	884,9mm
BARBALHA	Jan-fev-mar	Março - 248mm	Jul-ago-set	Agosto - 01mm	1985 - 2.144mm	1982 - 558mm	1133mm
BARRO	Fev-mar-abr	Março - 199mm	Ago-set-out	Agosto - 02 mm	1985 - 1.816mm	2007 - 470,0 mm	684mm
BREJO SANTO	Fev-mar-abr	Março - 212mm	Jul-ago-set	Agosto - 01mm	1985 - 2.163mm	2005 - 566mm	896mm
CARIRIACU	Fev-mar-abr	Março - 246mm	Jul-ago-set	Agosto - 06mm	1945 - 2.111mm	2005 - 517mm	1127mm
CRATO	Jan-fev-mar	Março - 257mm	Jul-ago-set	Agosto - 05mm	1945 - 1.970mm	1994 - 562mm	1091mm
GRANJEIRO	Fev-mar-abr	Março - 259mm	Jul-ago-set	Agosto - 05mm	1985 - 2.073mm	1994 - 433mm	1237mm
JARDIM	Jan-fev-abr	Fevereiro - 144mm	Ago-set-out	Agosto - 08mm	1985 - 1.464mm	1982 - 382mm	790mm
JATI	Jan-fev-mar	Março - 183mm	Ago-set-out	Agosto - 02mm	1985 - 1.613mm	1995 - 360mm	666mm
JUAZEIRO DO NORTE	Jan-fev-mar	Março - 256mm	Ago-set-out	Agosto - 06mm	1945 - 1.674mm	1994 - 582mm	921mm
MAURITI	Jan-fev-mar	Março - 200mm	Jul-ago-set	Agosto - 01mm	1985 - 1.269mm	1982 - 388mm	872mm
MILAGRES	Fev-mar-abr	Março - 236mm	Jul-ago-set	Agosto - 01mm	1945 - 1.674mm	1995 - 477mm	936mm
MISSÃO VELHA	Fev-mar-abr	Março - 238mm	Jul-ago-set	Agosto - 05mm	1945 - 1.885mm	1981 - 594mm	987 mm
PENAFORTE	Fev-mar-abr	Março - 167mm	Ago-set-out	Agosto - 03mm	1985 - 1.436mm	1982 - 262mm	666mm
PORTEIRAS	Fev-mar-abr	Março - 175mm	Jul-ago-set	Agosto - 05mm	1985 - 1.663mm	1994 - 387mm	666mm

TABELA 01: DADOS DE PRECIPITAÇÃO DA SUB-BACIA DO RIO SALGADO NA MESORREGIÃO SUL CEARENSE – 1979-2008

A classificação de Gaussen (JACOMINE et al, 1973), utilizada para determinação das regiões bioclimáticas, relaciona ritmo das temperaturas e precipitações durante o ano utilizando médias mensais e considerando os estados favoráveis e desfavoráveis para a vegetação. Fundamenta-se na determinação do período seco e índice xerotérmico. Nesta classificação, temos na área de estudo os tipos:

a) 4aTh – Tropical quente de seca acentuada, com seca de inverno e índice xerotérmico entre 150 e 200, com 7 a 8 meses secos no ano, nas áreas da Depressão Sertaneja da sub-bacia do rio Salgado. É resultado do predomínio da Massa Equatorial Atlântica (mEa) que é estável. A curta estação chuvosa é consequência das penetrações da Massa Equatorial Continental (mEc) e das descidas da FIT (Frente Intertropical). A vegetação da área desta modalidade climática é a caatinga hiperxerófila apresentando todas as variações possíveis quanto ao porte e a densidade;

b) 4BTh - Tropical quente de seca média, com seca de inverno, índice xerotérmico entre 100 e 150, com 5 a 6 meses secos no ano, nas encostas da chapada do Araripe e no Cariri. A vegetação desta área é característica das regiões mais úmidas, predominando formações arbóreas. A formação florestal tem as características de uma floresta subcaducifólia;

Localizada ao leste da Bacia Sedimentar do Araripe, a sub-bacia do Salgado possui fatores naturais que complementam a dinâmica climática e principalmente a precipitação. Um destes fatores é a orografia que ocorre devido ao barramento ou mudança de direção da umidade e ventos originando chuvas de relevo e/ou chuvas convectivas, uma vez que os

ventos úmidos guiados pelo processo de inércia, sobem ao relevo e precipitam na faixa de barlavento.

O relevo da Chapada do Araripe, com altitude de 900 metros, provoca uma divisão na distribuição das precipitações no encontro dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. A umidade, geralmente vinda do litoral norte, faz da Chapada uma área de barlavento, aumentando as chuvas nas suas proximidades. Com menor impacto, mas também influenciando as precipitações de origem orográfica, tem-se a serra de São Pedro, a qual funciona como barlavento para os municípios de Granjeiro e Caririaçu, os quais também apresentam índices pluviométricos bastante elevados para a região (TABELA 01).

Arcabouço Geológico-Geomorfológico Regional

O território cearense tem sua compartimentação topográfica, decorrente basicamente de eventos que se verificaram no Período Pleistocênico, sem dúvida o de maior significado para análise dos fatos geomorfológicos. Esta compartimentação, com relevos desenvolvidos em terrenos do embasamento cristalino, ou em áreas de capeamentos sedimentares, decorre de um jogo de influências em que participam a estrutura geológica ao lado dos fatores paleoclimáticos e eustáticos, além da dinâmica morfogenética atual (SOUZA et al, 1979).

De acordo com Souza (1979), o relevo cearense engloba compartimentos bastante diferenciados, que se justificam por mecanismos genéticos complexos. Porém, há prevalência das superfícies rebaixadas do sertão recobertas por caatingas, que compreendendo extensas depressões periféricas de bordos de bacias sedimentares em contato com rochas do escudo cristalino, se estendem no sentido dos fundos dos vales ou se dirigem para o litoral através de declives suavemente inclinados. Estas depressões que atestam os efeitos pronunciados dos processos erosivos a que estiveram submetidas no Pleistoceno, são constantemente interrompidas pelo surgimento de formas residuais elevadas que constituem os relevos serranos.

Assim, como salienta Meireles (2007, p. 147) o atual estado do relevo cearense é sintetizado pela dinâmica topográfica, a complexidade das estruturas geofísicas e a diversidade de lineamentos, a partir da ação conjunta dos processos denudacionais perante

Evolução Geológica Regional e suas Litologias

A área da sub-bacia do rio Salgado está inserida na Província Borborema, entidade tectônica Neoproterozóica (Brasiliana – Pan-Africana), parcialmente encoberta por sedimentos Fanerozóicos de bacias interiores e marginais do Nordeste brasileiro - na área em estudo, da Bacia Sedimentar do Araripe.

A Bacia Sedimentar do Araripe está implantada sobre terrenos pré-cambrianos da Zona Transversal da Província Borborema, no domínio do Sistema de Dobramento Piancó-Alto Brígida, no seu limite com a zona geotectônica de Teixeira (BRITO-NEVES, 1990 in PONTE e PONTE FILHO, 1996), e tem seu arcabouço estrutural constituído por sequências estratigráficas, limitadas por discordâncias regionais. Segundo Assine (2007, p.371) estas discordâncias “representam o registro fragmentário de embaciamentos gerados em ambientes tectônicos distintos”.

A Província Borborema, também chamada de Região de Dobramentos do Nordeste, de idade neoproterozóica, apresenta estruturação bastante complexa, onde predominam dobramentos intensos e intrusões batolíticas ígneas (na maioria granitóides), sendo dividida por grandes lineamentos. Na área basal da bacia do Araripe, são distintos dois tipos de domínios: terrenos metassedimentares e metavulcanossedimentares (sistemas de dobramentos) e terrenos gnáissicos-migmatíticos (maciços) (PONTE e PONTE FILHO, 1996).

De acordo com Santos e Brito Neves (1984) as faixas metassedimentares alternam com os terrenos gnáissicos-migmatíticos geralmente delimitados pelos lineamentos, feições marcantes e características da região, expressos por zonas cataclásticas e miloníticas.

Dentre os sistemas de lineamentos, destaca-se a Zona Transversal, extensa área com estruturas com direcionamento geral leste-oeste, estendida desde a região dos litorais dos estados da Paraíba e Pernambuco até a parte oriental do estado do Piauí, onde é recoberta pelas camadas sedimentares da Sinéclise do Parnaíba. Esta zona limita-se ao sul com o Lineamento de Pernambuco ou de Floresta e ao norte com o Lineamento de Patos ou da Paraíba, do qual fazem parte extensas zonas de cisalhamento (PONTE e PONTE FILHO, 1996).

Os setores da sub-bacia do Salgado em foco desenvolvidos em terrenos cristalinos ocorrem na Zona Transversal, aflorando ao redor da Bacia Sedimentar do Araripe, formando, muitas vezes, seus limites sob forma de serras e cristas, e sendo constituídos primordialmente de rochas do Grupo Cachoeirinha.

Segundo o Projeto RADAMBRASIL (GOMES et al, 1981) o Grupo Cachoeirinha compreende um pacote vulcanossedimentar metamórfico que ocorre desde a região de Ouricuri (PE) estendendo-se para norte até Lavras da Mangabeira (CE), sendo inserido na faixa de dobramentos Piancó-Alto Brígida, com uma estruturação tectônica formada por um amplo redobramento deitado. Litologicamente constitui-se de uma associação de micaxistos, filitos, metassiltitos, metavulcânicas, quartzitos, lentes de calcários metamórficos, metaconglomerados, itabiritos, metarítimitos e metacherts, cortados por corpos ígneos de natureza granítica, granodioríticas e diorítica em forma de stocks e batólitos (GOMES et al, 1981).

A unidade mais representativa na área, a Formação Santana dos Garrotes, basal do Grupo Cachoeirinha, é constituída por metapelitos, metasiltitos, metarenitos finos (metarrítimitos), predominantes, com raras metasubvulcânicas félsicas e metavulcânicas intermediárias na porção inferior, e várias soleiras/derrames de metavulcânicas félsicas posicionadas principalmente no topo, datadas em cerca de 660-620 Ma. Além destes litotipos são observadas, numa posição estratigraficamente intermediária, camadas de formações ferríferas e mármores (MEDEIROS e SÁ, 2009). Segundo Brito Neves et al (2005), esta formação é caracterizada por pacotes turbidíticos areno-argilosos (com alguns metagrauvacas e metassedimentos químicos ferríferos) de baixo grau de metamorfismo, com esparsas intercalações de rochas metavulcânicas básicas, intermediárias e ácidas, provavelmente de ambiente marinho. Estas rochas são observadas nos setores N-NE e SE da área de estudo, formando amplos pediplanos do Planalto Sertanejo (FIGURA 02).

Assim como as demais bacias interiores do Nordeste brasileiro, a bacia do Araripe tem sua evolução relacionada aos eventos associados ao rifteamento de Gondwana no Eocretáceo e à abertura do Atlântico sul iniciada no Jurássico superior, os quais reativaram falhas antigas do embasamento pré-cambriano (Reativação Wealdeniana), provocando basculamentos que resultaram em altos (Horsts) e baixos (Grabens) estruturais. Segundo Brito-Neves (1990 apud PONTE e PONTE FILHO, 1996, p. 29)

Evolução Geológica Regional e suas Litologias

A evolução dos riftes intracontinentais, neocomianos no Nordeste brasileiro compreende três diferentes fases de subsidência: uma fase inicial, chamada de Pré-Rifte, caracterizada por lenta subsidência regional, uma fase de rápida subsidência local, chamada de Sin-Rifte e um retorno às condições de suave subsidência regional, assinalando a fase Pós-Rifte (PONTE et al, 1990, apud PONTE e PONTE FILHO 1996). A estas fases de subsidência, correspondem depósitos litoestratigráficos distintos, de acordo com as condições tectono-estruturais e ambientais vigentes em cada época.

Como salienta Ponte e Appi (1990) a Bacia Sedimentar do Araripe, corresponde a uma bacia de evolução policíclica, em cujo arcabouço estratigráfico podem ser distinguidas 'quatro sequências tectono-sedimentares limitadas por discordâncias regionais ou por hiatos paleontologicamente definidos: a Sequência Gama de idade siluro-devoniana (?); a Sequência Pré-Rifte, de idade neo-jurássica (?); a Sequência Rifte, de idade neocomiana e a Sequência Pós-Rifte de idade aptiana-albiana

As bases da litoestratigrafia da bacia sedimentar do Araripe foram estabelecidas por Beurlen (1962; 1963 apud ASSINE, 2007), o qual identificou as formações Cariri, Missão Velha, Santana e Exu e estimou para todo o pacote sedimentar um total de cerca de 850m. Porém, em sua moderna concepção, a estratigrafia da bacia do Araripe foi delineada na década de 1980, quando da intensificação de pesquisas na área para avaliação de seu potencial em hidrocarbonetos. A partir de estudos mais pormenorizados de gravimetria, foi demonstrada uma espessura bem superior que antigamente estabelecida por Beurlen, e mapeamentos geológicos propiciaram grande avanço no conhecimento da estratigrafia da bacia. Como aponta Arai (2006, apud ASSINE, 2007) "o arcabouço basilar para a Bacia do Araripe foi estabelecido pelos trabalhos bastante sólidos de Ponte e Appi (1990) e Assine (1992)".

A descrição da lito-estratigrafia abaixo foi baseada nos trabalhos de Ponte e Appi (1990), Ponte (1992), e Assine (2007), representada pelo Quadro 01. De forma geral, estes trabalhos apresentam mesma litoestratigrafia para a bacia do Araripe, modificando por vezes, a denominação das camadas.

Assim, podemos resumir a litoestratigrafia da Bacia Sedimentar do Araripe na área de estudo como uma sobreposição de camadas predominantemente areníticas, ora associadas a rochas mas finas de origem fluvial e lacustre, ora a sedimentos originados em ambientes lacustres e marinhos rasos. Afloram na porção central da área estudada, prolongando-se no sentido oeste-leste, sob forma da Chapada do Araripe e suas encostas e de colinas e colinas suavizadas no pediplano.

CRONO-ESTRATIGRAFIA	TECTÓNICO SEQUÊNCIA	TECTÓNICA	ESTRATIGRAFIA GENÉTICA Ambientes de Sedimentação	LITOLOGIA	GRUPO	LITO-ESTRATIGRAFIA Formações e Membros	LOCALIZAÇÃO NA PAISAGEM
MESOZOICO Cretáceo Superior <i>Alto-cretáceo</i>	POS-RIFTE	Suspensão episódica, em especial da porção oriental da Província Escabrosa	Sedimentação continental, em sistema fluvial entrelaçado e <i>meandrante</i> .	Areias finas grossas e médias com <i>fragmentos</i> e <i>conglomerados</i> , com estratificações cruzadas e/ou acanaladas, raras de regime entrelaçado que gradua para areias médias, argilas de regime <i>meandrante</i> .	ARARIPE	FORMAÇÃO EXU	Capreamento da Chapada do Araripe, formando um planalto com cerca de 180km no eixo E-W e 50 km no eixo N-S, com declives abruptos em suas bordas sob forma de paredões com quase 90 graus de declive.
		DISCORDÂNCIA					
MESOZOICO - Cretáceo Médio <i>Alto-mioceno</i>	POS-RIFTE	Tectónica <i>subtransversal</i> com truncamentos laterais	Sedimentação continental em ambientes lacustres e marais interiores.	Intercalações de arenitos finos com limmas e <i>clastos</i> de argila nos <i>argilosos</i> , e nos lamais dos areis.	EROLVA	FORMAÇÃO ARARIPIANA	Aflora na alta montanha da Chapada do Araripe, sob forma de ventosas bastante íngremes, acima de 10°.
		Ampla <i>transversal</i> <i>marinha</i>	Sedimentação continental marinha em ambientes costeiros <i>estuarinos</i> , como lagunas, estuários e marais (eozoários).	A parte inferior caracteriza-se pelo presença de arenitos interstratificados com folhelhos; para o topo, o empilhamento é transgressivo e os arenitos costeiros cedem lugar a uma seqüência de folhelhos verdes (isto em <i>subcolinas</i>), que adquirem colorações mais escuras em direção ao topo, culminando com um estrato de folhelhos cinza escuro e preto, ricos em matéria orgânica caracterizado por um nível de coqueções <i>folhelhosas</i> . Para o topo, <i>subalternando-se</i> aos folhelhos, pontualmente <i>colinas</i> a ocorrer <i>argilas</i> e arenitos (podendo não ocorrer em toda a área).	ARARIPE	FORMAÇÃO SANTANA - MEMBRO BOMBAUDO	Aflora na montanha da Chapada do Araripe, em especial entre Crato e Barbalha, sob forma de ventosas com declividades íngremes, formando o topo de alguns outeiros.
			Sedimentação continental marinha em ambiente transicional, <i>transicional</i> costeira de <i>passagem</i> , sujeito a variações relativas do nível do mar, em condições de clima <i>úmido</i> e <i>semi-úmido</i> .	Bancos de gipsos, intercalados por folhelhos cinza e verde. A gipsita apresenta-se sob forma laminada com cristais colunares dispostos em <i>pedregal (pedregais)</i> .		FORMAÇÃO SANTANA - MEMBRO JUBI	Não aflora em áreas extensas na sub-bacia do Cariri, encontrando-se em <i>pedregal</i> , <i>argiloso</i> e em afloramentos de bastante significativos na parte oeste da bacia sedimentar do Araripe, de Jipitá a Araripe PE.
			Sedimentação continental marinha em ambiente lacustre	Bancos descontinuos de calcários argilosos, <i>argilosos</i> e laminares, bastante <i>massivos</i> , e um nível de folhelhos verdes e argilosos, <i>subarenosos</i> e <i>folhelhos</i> .		FORMAÇÃO SANTANA - MEMBRO CRATO	Aflora na borda da montanha da Chapada do Araripe, sob forma de <i>pedregais</i> escalonados.
	Leve Sub-sísmica <i>flexural</i> tectónica regional	Dois ciclos <i>depressivos</i> lacustres sobrepostos, final de evento de redução de energia do ambiente fluvial, inicialmente restrito e caracterizado por águas rasas e pouco energizadas (Eh restrito).	Preferencia arenitos com intercalações de folhelhos de colorações acinzentadas e de cinza delgadas de conglomerados. Os arenitos são finos a médios, <i>subarenosos</i> e <i>subargilosos</i> , em geral bastante <i>folhosos</i> , argilosos, as vezes com areias dispersas e ou pontuais de folhelhos alternados e boças de argila.		FORMAÇÃO BARBALHA	Aflora em todo o sopé da Chapada do Araripe, e em áreas dos planaltos do Vale do Cariri (pediplano sedimentar), em especial entre as cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Médio Velho, sob forma de colinas baixas.	
DISCORDÂNCIA (ANGULAR) PRÉ-APTIANA MÉIO-CRETÁCEA, NEOAPTIANA EOLÍPIANA - 2º PULSO DA FAIXA RIFTE (?) Tectónica modificadora - basilarmente generalizada das seqüências: erosão e <i>proclivamento</i> .							
MESOZOICO Cretáceo Inferior <i>baixo-cretáceo</i>	RIFTE	Ilhas do <i>paléo</i> -continente de <i>Gondwana</i> Bacia sub-básica local	Sistema <i>depressivo</i> <i>fluvio</i> -lacustre <i>intermitente</i> , ambiente de lago rasos afetado por pluviais finas de raras entrelaçadas	Folhelhos <i>argilosos</i> e <i>argilosos</i> vermelhos com intercalações laminares de arenitos finos	VALE DO CARIRI	FORMAÇÃO ABACARA	Aflora no pediplano sedimentar, em áreas de pequenas extensões, na porção leste da sub-bacia.
DISCORDÂNCIA							
MESOZOICO Jurássico Superior	PRÉ-RIFTE	Sub-bacia mecânica regional leste (Deposito Alto-Brasiliana)	Sistema fluvial anastomosado	Arenitos <i>quartzosos</i> , por vezes <i>folhosos</i> e <i>argilosos</i> , localmente <i>conglomerados</i> .	VALE DO CARIRI	FORMAÇÃO NEISSÃO VELHA	Aflora em grande extensão do pediplano sedimentar do Vale do Cariri, entre Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Médio Velho, sob forma de colinas e colinas baixas, assim como no sopé de toda a Chapada do Araripe.
			Sistema lacustre caso	Argilas e folhelhos vermelhos e marais escuros		FORMAÇÃO IREJO SANTO	Afloramentos no pediplano, na borda da bacia sedimentar, sob forma de pedimentos e colinas rasas.
			Sistema fluvial <i>meandrante</i> lacustre e eólico	Arenitos, <i>argilosos</i> e argilosos vermelhos alternados			
DISCORDÂNCIA							
PALEOZOICO Ordoviciano, Devoniano	GAMMA	Plataforma <i>estável</i>	Sistema fluvial entrelaçado e eólico	Arenitos <i>arenosos</i> , de granulometria média a muito grossa, com grãos angulares e <i>subangulares</i> , com níveis de <i>subarenamentos</i> na base, que incluem fragmentos líticos do embasamento e <i>clastos</i> de folhelhos bem preservados.		FORMAÇÃO CARIRI	Afloramentos no pediplano, na borda da bacia sedimentar, sob forma de pediplanos e colinas, em especial na porção leste da sub-bacia.
DISCORDÂNCIA PRÉ-PANAFRÓZICA							

QUADRO 01: LITOESTRATIGRAFIA DA BACIA SEDIMENTAR DO ARARIPE – SUB-BACIA DO CARIRI (baseado em Assine, 2007, Ponte,1992, e Ponte e Appi, 1990).

Considerações Finais

A realidade socioambiental das áreas semiáridas nordestinas apresenta, desde sua ocupação, uma desarticulação crônica entre o potencial e fragilidade ambientais, e as técnicas utilizadas para a produção. Baseadas em experiências exógenas, a maioria dos projetos de desenvolvimento realizados na região não produzem efeitos realmente duradouros e muitos, pelo contrário, causam danos, por vezes irreversíveis ao ambiente.

Como afirma Christofolletti (1999, p. 35)

“os sistemas ambientais representam entidades organizadas na superfície terrestre, de modo que a espacialidade se torna uma das suas características inerentes. A organização desses sistemas vincula-se com a estruturação e funcionamento de (e entre) seus elementos, assim como resulta da dinâmica evolutiva”.

Assim, a paisagem torna-se conceito básico nos estudos sobre fenômenos espaciais, geográficos, em que os elementos físico-biológicos e sócio-econômico-culturais se relacionem e produzam um espaço diferenciado.

Desta forma, buscou-se, neste primeiro artigo sobre a Geografia Física Global da sub-bacia do rio Salgado, fazer uma caracterização pormenorizada dos aspectos climáticos e da base geológico-estrutural da área.

Foram utilizados para esta caracterização trabalhos de levantamentos destes recursos naturais por órgão oficiais do Estado brasileiro (Ministério de Minas e Energia – MME/ Projeto RADAMBRASIL, Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH), assim como de teses e publicações acadêmicas sobre a área de estudo.

Nos próximos artigos, serão apresentadas as demais características geoambientais da área focada, como relevo, solos, cobertura vegetal e evolução do uso-ocupação, como forma de subsidiar novas pesquisas que busquem compreender a dinâmica geográfica do Cariri cearense.

Referências

ASSINE, M.L. Bacia do Araripe. **Boletim de Geociências**. Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-389, maio/Nov.2007

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global – esboço metodológico. **Cadernos de Ciência da Terra**. São Paulo: USP/IG, 1971. n. 13.

BRITO NEVES, B.B.; VAN SCHMUS, W.R.; KOZUCH, M. SANTOS, E.J. e PETRONILHO, L. A Zona Tectônica Teixeira Terra Nova - ZTTTN -Fundamentos da Geologia Regional e Isotópica. **Revista do Instituto de Geociências** – USP, Geol. USP Sér. Cient., São Paulo, v. 5, n. 1, p. 57-80, junho 2005. Disponível em www.igc.usp.br/geologiausp. Acesso em jun.2011.

CARDOSO, F.M.C. **O graben de Palestina: contribuição à estratigrafia e estrutura do estágio rifte na Bacia do Araripe, nordeste do Brasil**. Natal/RN: UFRN/PPGG, 2010 (Dissertação de Mestrado)

COGERH. **Vamos conhecer o Salgado**. Crato/CE, 2007.13p. (Cartilha técnica)

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: SERGRAF – IBGE, 1977. v. 2: Região Nordeste.

FUNCEME. **Balanço hídrico do Ceará**. Fortaleza: 1990.

GATTO, L.C.S. (sup.) **Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jaguaribe - diretrizes gerais para a ordenação territorial**. Salvador: IBGE, 1999. 77 p.

GOMES, J. R. C. et al. Geologia. In: BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL. **Folhas SB. 24/25 Jaguaribe/Natal: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra**. Rio de Janeiro, 1981. (Levantamento de Recursos Naturais, 23).

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/CE2010.pdf Acesso em dezembro de 2011.

IPECE. **Perfil básico municipal 2011**. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2011 Acesso em dez. de 2011.

JACOMINE, P. K. T., ALMEIDA, J.C. e MEDEIROS, L.A.R. **Levantamento exploratório-reconhecimento de solos do Estado do Ceará**. Recife: SUDENE, 1973. v.1, 301p.

MEDEIROS, V.C. e SÁ, E.F.J. O Grupo Cachoeirinha (Zona Transversal, NE do Brasil) redefinição e proposta de formalização. **Revista de Geologia**, v. 22, n. 2, p. 124-136, 2009. Disponível em: http://www.revistadegeologia.ufc.br/documents/revista/2009/11_2009.pdf.

MEIRELES, A.J.de A. As unidades morfo-estruturais do Ceará. In : BORZACCHIELLO DA SILVA, J; CAVALCANTE, T. C.e DANTAS, E. W.C.(org.) **Ceará: um novo olhar geográfico**.2.ed. atual. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2007. p.141-168

MMA/FUNDETEC/URCA. **Projeto Araripe**. Crato: 1999.

MOLION, L.C.B. e BERNARDO, S.O. Dinâmica das Chuvas no Nordeste Brasileiro. Congresso Brasileiro de Meteorologia, 11, Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Em <http://www.cbmet.com/cbm-files/12-7ea5f627d14a9f9a88cc694cf707236f.pdf>. Acesso em 24/06/2010.

PONTE, F.C. e APPI, C.J. Proposta de revisão da coluna estratigráfica da Bacia do Araripe. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 36, Natal. **Anais...** Natal/RN: SBG, 1990. v.1

PONTE, F.C. e PONTE FILHO, F.C. **Estrutura geológica e evolução tectônica da Bacia do Araripe**. Recife: DNPM, 1996.

PONTE, F.C; PONTE FILHO, F.C. Evolução tectônica e classificação da Bacia do Araripe. In: Simpósio sobre o Cretáceo do Brasil, 4. Águas de São Pedro (SP). **Boletim...**UNESP/IGCE, b1996. p.123-133.

PONTE, F.C. Sistemas deposicionais na Bacia do Araripe, Nordeste do Brasil. In: Simpósio sobre Bacias Cretáceas Brasileiras, 2, Rio Claro, 1992. **Resumos Expandidos...** Rio, UNESP, p.81-84.

RIBEIRO, S.C. **Etnogeomorfologia sertaneja: proposta metodológica para a classificação das paisagens da sub-bacia do rio Salgado/CE.** Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2012. 284 p. (Tese de Doutorado)

SILVA, F. M. A.; LIMA, G. G.; REIS, G. P.; SOUZA, G. B. B.; LIMA, F. J.; RIBEIRO, S. C. Análise das precipitações pluviométricas na sub-bacia do rio salgado, sul cearense (1979 - 2008). In Simpósio Nacional de Climatologia Geográfica, 9, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2010. 1 CD.

SOUZA, M.J.N.; LIMA, F.A.M. e PAIVA, J.B. Compartimentação geomorfológica do estado do Ceará. **Ciência Agrônômica**, 9 (1-2):77-86. Fortaleza/CE, dezembro/1979.

XAVIER, T.M.B.; XAVIER, A.F.S.; DIAS, M.A.F.S. e DIAS, P.L.S. Interrelações entre eventos ENOS (ENSO), a ZCIT (ITCZ) no Atlântico e a chuva nas bacias hidrográficas do Ceará. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 8, n.2, abr./jun.. 2003, p. 111-126.

**A PRODUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA URBANA
NO LITORAL NORTE DE JOÃO PESSOA E SUA IMPORTÂNCIA PARA
A COMPREENSÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

João Manoel de Vasconcelos Filho
Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Campus Caicó.

Resumo

O processo histórico da produção da estrutura fundiária urbana no litoral norte de João Pessoa revela várias contradições. Nesse sentido, a discussão preocupa-se em abordar a construção da renda fundiária urbana, suas relações complexas e as intermediações dos promotores imobiliários e o Estado. Num outro momento, faz-se um levantamento no espaço-tempo da projeção desta estrutura fundiária salientando os atores e agentes participantes desse processo. O objetivo desse texto é não apenas abordar o modelo de projeção da estrutura fundiária urbana na porção litorânea norte de João Pessoa, mas também discutir sobre as contradições reveladas a partir da aquisição da renda fundiária que a terra urbana passa a proporcionar para aqueles atores e agentes que participam de forma ativa do sistema produtivo. Sob este aspecto, discute-se também a falta de compromisso do Estado, bem como a segregação socioespacial, que transforma a cidade em uma rara mercadoria destinada a poucos.

Palavras-Chaves: Estrutura Fundiária Urbana. Segregação Socioespacial. Litoral Norte de João Pessoa

Abstract

The historical production process of the structure urban in the north coast of Joao Pessoa reveals several contradictions. Accordingly, the discussion focuses on addressing the construction of income urban land, their complex relationships and the hook of property developers and State. In another moment, we do a survey of the space-time projection of the land structure, highlighting the agents and participants in this process. The goal here is not only addressing the projection model of the structure of urban land in the coastal portion north of Joao Pessoa, but also discuss the contradictions revealed through the acquisition of the rent that urban land provides for those actors and agents who participate actively in the production system. In this regard, we discuss also the lack of commitment of the State and spatial segregation, which transforms the city into a rare commodity for a few.

Keywords: Structure of the Urban Land. Spatial Segregation. North Coast of Joao Pessoa.

Introdução

O espaço e o tempo são testemunhos da construção e da projeção de uma estrutura fundiária que, desde seus primórdios, criaram as condições ideais para as classes sociais de alta renda se beneficiar da terra, fazendo desta, uma fonte inesgotável de renda, neste caso, da renda terra urbana.

Sabe-se que por volta de 1850 a terra passou a ser comercializada como qualquer outra mercadoria. Entretanto, antes mesmo de se tornar produto do capital, a terra adquirida por doações, sesmarias e outras formas de aquisição, era destinada aos que possuíam o título de nobreza, ou mesmo os que faziam parte de um ciclo de beneficiados, recebiam a terra para seu uso fruto. Já se criava, portanto, o processo de segregação socioespacial que, posteriormente estabelecido, produziu as compartimentações e estratificações sociais espacializadas.

Sob este aspecto é lícito afirmar que o espaço-tempo em que foram projetadas e materializadas no espaço urbano da cidade a estrutura fundiária pode ser considerada como um importante referencial da espacialidade da pobreza urbana, que no momento atual, ganhou, não apenas velocidade, mas também novas e complexas formas de produzir-se e reproduzir-se cotidianamente. Sendo assim, é gerado um movimento cíclico e vicioso de uma estrutura fundiária urbana segregadora e segregante, pois que torna a cidade um “jogo de cartas marcadas”. Sob esta perspectiva, é sempre ganhador aquele que detém o poder vinculado às artimanhas do capital.

A produção e reprodução de um modelo maléfico da espacialidade da pobreza urbana são alimentadas constantemente por esta forma maquiavélica da estrutura fundiária urbana. É interessante salientar que ela não só se concretiza na paisagem da cidade, mas gera, faz nascer conflitos, violência e morte.

Apesar de tudo, percebe-se o desinteresse do Estado de estabelecer as condições reais e necessárias de políticas públicas para atenuar a questão em tela. A sociedade já percebeu que em meio a tudo isto o que se tem visto é uma “maquiagem” da estrutura fundiária urbana, que de fato não consegue mudar a realidade das cidades, por conseguinte, a sua estrutura social. Para esta mudança ocorrer é preciso observar a concentração econômica em determinados espaços, que faz ressurgir, a cada instante, o que já se conhece como desenvolvimento geograficamente desigual. As diversas regiões do território brasileiro, percebe e vivencia esta problemática, daí porque as correntes migratórias regionais tem sido constante, embora seu ritmo tenha diminuído. É finalmente na cidade que a estrutura fundiária urbana se reproduz com os mesmos traços do passado, ou seja, sem que nenhuma mudança efetiva ocorra. A cidade deve ser usufruída por toda a sociedade, não apenas por uma pequena parcela de privilegiados.

Algumas considerações sobre a produção da renda fundiária da terra urbana

A discussão da estrutura fundiária urbana leva-nos a refletir sobre a questão da renda fundiária. Nesse caso, a leitura e interpretação marxista de teóricos como Christian Topalov (1979) e Jean Lojkine (1979) nos oferece uma análise mais atual das interpretações de Marx no tocante à renda fundiária, em especial da renda fundiária urbana. Trabalharemos também com as discussões elaboradas por Paul Singer (1978). Nesse sentido, estes autores reconhecem três tipos de renda fundiária, quais sejam: a renda diferencial, a renda absoluta e a renda de monopólio. A título de esclarecimento, Lojkine apesar de reconhecer três tipos de renda fundiária, utiliza as denominações: renda diferencial I, renda diferencial II e renda absoluta.

De acordo com Lojkine (1979), a criação de uma renda fundiária urbana está ligada não apenas aos agentes promotores do espaço urbano, como por exemplo: os empresários da construção civil e do mercado imobiliário, mas também aos grupos hegemônicos dos mais variados setores da economia, que passam a exercer a função de agentes financiadores. Nesse contexto, o autor explica: “O novo proprietário fundiário do estágio monopolista é o empresário financiado pelos grandes grupos monopolistas –, que utiliza o espaço urbano como uma fonte de sobrelucro” (LOJKINE, 1979, p.89-90). Ainda sobre esse aspecto este autor reforça a afirmativa quando diz:

Restam, pois os casos onde as relações entre proprietário fundiário e construtora vinculam-se com os agentes que não pertencem à esfera do capital produtivo, mas à esfera da circulação do capital – centros de distribuição comercial, estabelecimentos financeiros, escritórios, sedes centrais de empresas não diretamente ligadas à produção industrial, administrações públicas... (Ibid., p. 84).

De acordo com Jean Lojkine (1979), para existir uma renda fundiária é preciso duas condições: A primeira condição diz que a composição do capital investido deve ser menor do que a média social do capital. Em outras palavras, o valor despendido para a produção deve ser inferior ao valor dos produtos obtidos. Mas o autor adverte: Esta condição não é, no entanto, suficiente: “Ela não impede que o sobrelucro seja eliminado pelo livre jogo da concorrência isto é, da livre circulação de capital entre esferas econômicas” (Ibid., p. 81).

A segunda condição, que seria aquela que definiria com mais firmeza a existência dessa renda fundiária é atribuída ao que o autor denomina de obstáculo, entendido aqui como a monopolização da propriedade privada da terra por um determinado grupo social. É preciso esclarecer que, de acordo com reflexão de Lojkine (1979) estas condições estão em suas origens no setor de terras agrícolas, mas que transcendem para o âmbito do solo urbano, com algumas variações.

Nesse contexto, trazendo essa discussão para a especificidade desse estudo, entendemos que a renda fundiária urbana existe, embora se devam considerar suas particularidades e mutações que a distanciam de uma terra agrícola. Sobre esse tema o autor pergunta se de fato existe uma renda fundiária urbana:

- a) *A renda fundiária urbana existe no nível da construção civil (de imóveis) em terrenos com este fim[...].*
- b) *A renda fundiária urbana existe, mas sob uma forma desvirtuada pouco importante, na relação entre proprietário de imóveis residenciais e seus ocupantes não capitalistas (locatários ou co-proprietários submetidos ao aluguel-venda) (Ibid., p.82).*

Ao nosso ver, é bastante oportuna a reflexão deste autor, no momento em que ele coloca de forma transparente que a renda fundiária urbana passa a existir de fato na construção civil de imóveis e nas relações constituídas entre o proprietário privado desses imóveis e outros setores da cadeia produtiva, envolvendo agentes que não estão ligados diretamente ao mercado de imóveis, mas que dão suporte a estes.

Com efeito, percebemos também que alguns aspectos inerentes aos imóveis como, por exemplo: a localização, a escassez, os custos de transportes, infraestrutura e outros, possuem uma clara influência na composição do valor da renda fundiária urbana.

No tocante ao litoral norte de João Pessoa, a localização e a escassez são dois elementos importantes na contribuição da elevação do preço do solo urbano, como também dos imóveis construídos. Já dissemos anteriormente que a terra urbana litorânea vem se tornando cada vez mais escassa, principalmente, na porção que está sendo investigada.

Tanto para Topalov (1979), quanto para Paul Singer (1978), a renda diferencial, vista essencialmente sob o aspecto do processo de produção do espaço urbano, está diretamente ligada à questão da localização. Sendo assim, as áreas mais bem localizadas da cidade irão proporcionar aos seus proprietários uma renda maior do que aquelas situadas na periferia, por exemplo.

Com efeito, remetendo este assunto para a área de estudo, podemos afirmar que, sem sombra de dúvidas, todos os imóveis localizados nos bairros litorâneos possuem preços mais elevados em relação ao conjunto da cidade. Vale salientar que isso ocorre mesmo com os imóveis que estão próximos aos aglomerados subnormais. Nesse contexto, percebemos que o aspecto locacional para o presente estudo é enfático, sendo, portanto, o eixo fundamental, gerador de uma renda diferencial.

(...) Para produzir duas unidades habitacionais idênticas, do ponto de vista do valor de uso, o montante de capital que deve ser empregado pelo empreiteiro é diferente segundo as localizações: para realizar a mesma operação, a soma do preço da produção das mercadorias particulares que a compõe variará; o empreendedor compara, segundo os terrenos, o “preço de custo construção mais equipamentos” a um valor de uso idêntico – a diferença desta grandeza, segundo as localizações, vai ser um primeiro componente da formação do preço no mercado de terrenos (TOPALOV 1979, p. 69).

Dessa forma, observamos de acordo com as colocações de Topalov (1979) que a base de sustentação da renda diferencial está na localização. Ao afirmar que os empreiteiros despendem somas diferentes em um valor de uso idêntico, entendido aqui, o uso para moradia e a diferença no custo da produção da unidade habitacional, resultam da localização do terreno, gerando o que o autor denomina de “sobrelucros de localização”.

A renda diferencial atua, portanto, sobre a produção de imóveis construídos, levando em consideração a localização. O autor ainda coloca que a renda diferencial estaria nas condições de construtibilidade reproduzíveis, ou seja, na produção de apartamentos e outros tipos de unidades habitacionais.

No tocante à renda absoluta, Topalov (1979) coloca que, a condição primordial para sua existência no âmbito da construção civil é o “terreno a construir”, que apresenta duas características fundamentais, quais sejam: monopolizado por um determinado grupo social e não reproduzível. Desta forma o autor definiria este importante elemento constituidor de uma renda absoluta. “Compreende-se por terreno a construir uma fração de espaço, onde a produção de uma construção é possível e onde esta construção possa fornecer o valor de uso necessário a sua realização comercial” (Ibid., p.72).

A renda de monopólio pode constituir-se também a partir da implantação de infraestruturas, necessárias às condições de construção de moradias, que por sua vez, são empreendidas pela esfera pública. O proprietário desses imóveis se beneficiam, quando seus imóveis alcançam maior preço no mercado.

Desse modo, entendemos que a renda absoluta atua sobre as condições não reproduzíveis de construtibilidade, ou seja, sobre os terrenos a construir, bem como sobre o excedente gerado pela produção dos imóveis (casas e apartamentos). Por fim, a renda de monopólio no processo de construção civil está nas mãos de grandes empresas que realizam a construção de empreendimentos de grandes dimensões, como por exemplo: edifícios, grandes centros de compras, conjuntos habitacionais etc. A esse respeito o autor comenta:

As grandes construtoras estão em posição favorável para se beneficiarem destes sobrelucros. De um lado, o volume de seu capital produtivo e de sua produção permite-lhe produzir certas mercadorias a um preço de produção inferior ao das pequenas empresas. De outro, sendo as únicas capazes de realizar certas obras, elas podem se beneficiar de uma situação de monopólio sobre os mercados correspondentes (grandes conjuntos, grandes edifícios etc.) (Ibid., p. 69).

Já no dizer de Paul Singer (1978), a renda de monopólio resulta da utilização de uma determinada atividade, em uma dada área, que possui a exclusividade sobre o fornecimento de uma mercadoria que será comercializada. Desse modo o autor afirma:

Nestas condições, os que dispõem do monopólio, graças à localização podem cobrar preços mais elevados pelos produtos que vendem, o que dá lugar a uma renda de monopólio que é, em geral, apropriada no todo ou em parte pelo proprietário do imóvel (SINGER, 1978, p.26).

Este autor cita, entre outros exemplos, o caso das pessoas que têm lojas em shopping centers. Tais proprietários dispõem de monopólios de vendas de determinadas mercadorias. Por fim, o autor distingue a renda diferencial da renda de monopólio.

A renda diferencial é auferida quando as empresas que a pagam se encontram em mercados competitivos, sem que os produtos por elas vendidos sofram qualquer majoração de seus preços. A renda de monopólio porém surge do fato de que a localização privilegiada da empresa lhe permite cobrar preços acima dos que a concorrência normalmente forma no resto do mercado (Ibid., p. 27).

Esta complexa rede que podemos denominar de comércio de terras urbanas é um importante elemento da projeção da estrutura fundiária no espaço urbano. Topalov (1979) entende, no entanto, que a necessidade da existência de uma base para a reprodução do espaço construído é um dos obstáculos que o capital encontra para sua reprodução.

A produção de habitações, desde que desenvolva as relações de produção capitalistas, está subordinada a uma mesma lei e, no entanto, o processo de produção capitalista da habitação apresenta características tais que a reprodução das condições de acumulação encontram obstáculos específicos: por um lado, no que se refere ao período de rotação, por outro, no que se refere à base fundiária da produção (TOPALOV, 1979, p. 53).

Na afirmação do autor, notamos que ele evidencia dois problemas que se traduzem como entraves para a reprodução capitalista no âmbito da produção de imóveis, quais sejam: o tempo de rotatividade do capital investido, e a necessidade, ou condição da existência de uma base material para a consolidação da construção de um imóvel.

Desse modo, Chistian Topalov (1979) explica que o processo de produção de um imóvel é longo, conseqüentemente, o retorno do capital investido em forma de dinheiro é lento. “O período de produção de um imóvel de habitação é longo, pois a entrega do produto final exige um processo de trabalho muito maior porque o valor de uso que ele resulta é divisível” (Ibid., p.54). No tocante à base fundiária, considerada um pré-requisito para que se processe a produção de imóveis, o autor explica que: “[...]A disponibilidade de um fluxo permanente de solo urbanizável é uma condição da acumulação ampliada na esfera da construção civil” (Ibid., p.59).

No entanto, é preciso lembrar que hoje, devido às inovações tecnológicas nos mais variados setores da economia e da vida na sociedade, esse tempo do qual se refere Topalov (1979), está cada vez mais suprimido. Não é à toa que Milton Santos (1999) lembra-nos também que vivemos o tempo da celeridade dos acontecimentos e que o mesmo ocorre em função do uso das mais modernas tecnologias, em todas as relações que se processam na sociedade.

É interessante observar na área que estamos desenvolvendo este estudo que, até a década de 1980 e início dos anos 90 era fácil se encontrar lotes vazios, prontos para construção. Tomando como referência as observações realizadas no local, as fotografias, e o levantamento dos objetos construídos durante as décadas de 80 e 90, constatamos que existem poucas áreas para serem ocupadas, exceção feita à porção sul do bairro de Intermares que abriga uma considerável área já loteada e algumas áreas dispersas do bairro do Bessa.

Observamos que a reprodução deste espaço, que ocorre de forma acelerada, dá-se a partir da substituição de objetos construídos, principalmente, nos bairros de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra. Constatamos ainda que há uma contínua substituição de residências unifamiliares por residências multifamiliares. Ocorrem ainda os casos de atribuição de novos usos às residências mais antigas, principalmente, na primeira rua da orla marítima. Estas vêm sendo transformadas em pousadas, hotéis, restaurantes, bares, boates etc.

Este aspecto tem caracterizado bem essa área. A escassez de imóveis (lotes) bem como a localização privilegiada que ela possui, torna-se um diferencial significativo que incide diretamente e contribui para um aumento no preço dos imóveis construídos ou não. Um imóvel, localizado em Tambaú e um outro no conjunto residencial Mangabeira com as mesmas condições de instalações e infraestrutura possuem preços diferenciados. A distinção de preço no mercado de imóveis ocorre porque um está localizado próximo à praia, o outro, não. A localização é, portanto, um gerador de aumento de preço dos imóveis. Sobre essa questão tem-se que:

Quase sempre a propriedade fundiária urbana é dotada de certas benfeitorias – ela é desmatada, arruada, cercada e não poucas vezes construída –, que dá a impressão que seu valor resulta das inversões feitas nestas benfeitorias. Mas, na realidade, a influência de tais inversões sobre o “valor” do imóvel muitas vezes é negligenciável. Para perceber isso, basta lembrar que imóveis com as mesmas benfeitorias podem ter preços completamente diferentes, conforme sua localização (SINGER, op.cit, p. 22).

Desse modo, percebemos que o valor da renda, especificamente de uma parcela do solo urbano, pode ser atribuído por vários parâmetros, tais como: a localização, a escassez, a infraestrutura, e a instalação de equipamentos sociais urbanos. Estes, contribuem em larga escala para um aumento do preço da terra urbana bem como de seu valor, interferindo também no processo de organização espacial da cidade.

O processo histórico da projeção da estrutura fundiária urbana no litoral norte de João Pessoa: base para a compreensão da segregação socioespacial do momento atual

A criação da estrutura fundiária urbana na porção litorânea em estudo, pode ter se iniciado com as primeiras doações de terras (sesmarias) realizadas durante o período imperial. Os historiadores que se debruçaram em estudar a fundação da cidade de João Pessoa comentam em seus trabalhos que as propriedades eram concedidas a grupos de senhores que tivessem títulos de nobreza. Pode-se assim, observar traços da apropriação privada da terra, tendo como monopólio dessa terra, uma elite local.

A título de exemplo podemos citar o bairro do Bessa, cujo nome foi emprestado de um português denominado Antônio Bessa, que recebeu uma sesmaria do imperador Pedro II. É interessante essa observação que se volta ao tempo, no momento em que se apreende a perpetuação do processo de concentração de terras, nas mãos de um grupo dominante. Este processo atravessou os séculos, vindo a se consolidar no momento atual.

No entanto, sabemos que o processo de doação de terras foi sendo transformado quando esta terra passou a ser vendida, ou seja, comercializada como um produto, um bem. Porém, o que não mudou até os dias atuais é o seu monopólio que se encontra nas mãos de um grupo dominante. Ou seja, o acesso à terra continua sendo dado a algumas frações privilegiadas da sociedade. No caso da cidade nós poderíamos perguntar: quem possui as melhores localizações? Continua sendo aqueles grupos ou camadas de alta renda.

Até 1822 a distribuição de terras no Brasil era realizada pelo regime de sesmarias. Sem levar em conta a ocupação indígena, após o descobrimento, por graça de Deus, as terras passaram a “pertencer” ao monarca, o qual por este “Direito” fazia concessões de sesmarias (grandes extensões de terras) e doações de datas (lotes menores). Estas formas de atribuir terras, impunha obrigações para quem as recebia e, teoricamente, o não cumprimento de algumas obrigações fazia com que a terra fosse devolvida (devolutas). Em 1822, foram suspensas as concessões reais, e, desta data até 1850, a terra passou a pertencer a quem “quisesse” ocupá-la – melhor seria dizendo, pudesse ocupar. Até 1850 a terra não era uma mercadoria, não podia ser comprada ou vendida (RODRIGUES. 1994, p.17).

A estrutura fundiária é um tema bastante polêmico e também complexo. De acordo com Marx (1977), essa questão surge inicialmente no campo, e só posteriormente ela se projeta na cidade com a denominação de urbana. Dessa forma, apesar de guardar estreitas relações, em suas origens, com a questão fundiária que se processa no campo, a estrutura fundiária urbana que é construída na cidade conserva alguns aspectos bastante peculiares.

A estrutura fundiária urbana pode ser entendida como a base que é projetada e montada para receber a implantação de objetos em suas mais variadas formas bem como para fins diversos da sociedade, do capital, e de toda cadeia produtiva. Dessa forma, no processo de produção do espaço urbano, criam-se áreas destinadas à instalação de

residências (vertical ou horizontal), comércios, serviços, indústrias etc. Percebe-se então que, tudo o quanto for implantado no solo urbano resulta de interações entre a sociedade, o capital e o trabalho. Sobre essa questão Paul Singer (1978), comenta:

Sendo a cidade uma imensa concentração de gente exercendo as mais diferentes atividades, é lógico que o solo urbano seja disputado por inúmeros usos. Esta disputa se pauta pelas regras do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada do solo, a qual – por isso e só por isso – proporciona renda e, em consequência é assemelhada ao capital (SINGER, 1978, p.27).

A terra urbana é, desse modo, criada para atender a fins diferenciados no que diz respeito ao conjunto da sociedade. Porém, devemos enfatizar que esta deveria ser criada, principalmente, para cumprir uma função social. Para os promotores imobiliários, no entanto, a finalidade primordial é extrair renda, lucro, mais-valia, contribuindo dessa maneira para a acumulação e concentração de capital. Desde que a terra passou a ter valor de mercado, ou seja, foi transformada em um produto do capital, conseqüentemente, sujeita a leis estabelecidas pelo modo de produção capitalista, os interesses capitalistas se distanciaram da função social que a propriedade urbana deveria ter. A terra, de uma maneira geral, passa a ser vista como uma mercadoria.

Como já foi, afirmado anteriormente, a estrutura fundiária nasce no campo e passa a ser também reproduzida na cidade. Contudo, tanto no campo quanto na cidade, quem possui as maiores e melhores porções de terras, sempre são aqueles grupos que estão no nível mais elevado do edifício social, detendo dessa maneira o controle das terras. Configura-se, dessa forma, o seu monopólio.

Portanto, pode-se considerar que, a formação da estrutura fundiária urbana, precisamente das cidades localizadas na periferia do capitalismo, está vinculada a uma série de questões reveladas no espaço urbano. O surgimento de espaços segregados na cidade é um dos muitos problemas que podemos constatar. No caso brasileiro, essa situação é agravada pela altíssima concentração de rendas que já se tornou uma marca característica de nossa sociedade.

No entanto, não é apenas o capital per si que constrói as contradições socioespaciais. O Estado é também um agente bastante representativo. A situação é agravada quando este deixa de cumprir suas funções sociais, principalmente no que diz respeito á questões primordiais como habitação, trabalho, fornecimento de água tratada, saneamento básico e energia elétrica. É incrível observar que no século atual, e mesmo nas capitais dos estados não tenhamos esses serviços para toda a população. Essa situação também é reproduzida em nossa área de estudo, principalmente no tocante ao sistema de esgotamento sanitário.

Com efeito, não podemos deixar de reconhecer, que os promotores imobiliários agindo em conjunto com a elite dominante local, somado ao apoio recebido pelo Estado, criaram uma forma de ampliar e concentrar capitais a partir da venda destes imóveis. Como toda mercadoria tem seu preço, a terra urbana passou a ser considerada um produto de alto custo a partir das novas relações que se estabeleciam entre o capital, o trabalho, e a sociedade.

No caso específico do litoral, considerando a valorização que o próprio capital e a sociedade imprimiram às áreas litorâneas, o preço dos imóveis situados nesta porção da cidade aumentou significativamente, valorizando ainda mais os terrenos localizados não apenas nestas áreas, como também em suas proximidades.

Desse modo, a atuação dos agentes imobiliários incide no comércio de terras, numa operação que envolve compra, venda e troca de imóveis construídos ou não, pelos mais diferentes produtos. Dessa forma, são comercializados imóveis (lotes), apartamentos, residências unifamiliares, salas comerciais, escritórios, consultórios e outras modalidades de construção que servirão para os mais variados fins.

Por seu turno, o Estado, ao implantar as condições necessárias para o parcelamento das terras transformando-as em quadras e lotes, prepara o “terreno” para a ampliação desenfreada da malha urbana da cidade. No caso da área litorânea de João Pessoa esta ampliação como vimos foi direcionada para o norte do município.

Das operações imobiliárias pequenas aos grandes empreendimentos seguidas das cidades novas, a reprodutibilidade das condições urbanas de valorização do capital vão se estendendo: constatamos que este processo de socialização capitalista pressupõe a constituição de grupos imobiliários e de sua articulação com a ação do Estado em um “mecanismo único.” (TOPALOV, 1979, p.59).

O projeto de montagem da estrutura fundiária urbana do litoral norte de João Pessoa vai se configurando com a transformação de antigos sítios ou propriedades rurais em imóveis urbanos. Tais propriedades foram distribuídas em parcelas. No caso em estudo, ocorreu sob a forma de loteamentos ou desmembramentos, que também são conhecidos como parcelamentos do solo. Assim, de uma propriedade única, geralmente pertencente a um só proprietário, a terra passa a ser dividida em quadras e lotes, que passarão a ser ocupadas por diferentes pessoas.

Estas áreas, como vimos, eram denominadas inicialmente de propriedades ou sítios, porque na verdade eram grandes porções de terras, que só foram adquirindo aspecto de terra urbana, quando a cidade de João Pessoa foi se expandindo em direção ao leste, ou seja, ao mar, incorporando, portanto, ao seu tecido urbano, aquelas propriedades. Realiza-se, dessa forma, o que se denomina de produção do espaço urbano. Sobre esse aspecto podemos nos apoiar nas palavras de Paul Singer (1978), quando ele afirma: “A ‘produção’ de espaço urbano se dá em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola” (SINGER, 1978, p.23).

Entretanto, no caso da área em estudo, tínhamos a coexistência de duas atividades primárias, talvez, complementares entre si. A pesca – utilizada como meio de manutenção das populações litorâneas (pescadores), e algumas culturas de subsistência, que também serviam para complementar a dieta alimentar dessas populações. A propriedade Tambaú e o sítio Cabo Branco estão nos relatos dos historiadores como áreas que tinham a finalidade agrícola.

Nesse contexto, de acordo com as informações colhidas junto ao setor de cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de João Pessoa, bem como nos cartórios Eunápio Torres e Carlos Ulysses nesta cidade, e o cartório Figueiredo Dornelas, em Cabedelo, a base para a produção do espaço urbano litorâneo pessoense, em sua porção norte, era constituída pelas propriedades Enseada do Cabo Branco e Tambaú, e pelos loteamentos São Gonçalo,

Pan América, Jardim Oceania I, Jardim Oceania IV Jardim Bessamar, Pontal do Bessa I, Jardim América e mais recentemente Intermares, que tinha a denominação de fazenda Bela Vista, pertencente à família dos Garcia Ximenes.

No quadro 01, organizamos alguns dados, como a localização do loteamento, a data em que o mesmo foi criado e a área total com o número de quadras e lotes. Assim, pudemos observar que as certidões obtidas nos cartórios não trazem todas as informações. Um esforço muito grande foi realizado para obter estes documentos, levando-nos, inclusive, a contratar um advogado para entrar com um mandato de segurança contra o cartório Eunápio Torres, que obstruiu o acesso aos registros desses imóveis.

Quadro 01 - Levantamento da Base Fundiária da Área de Estudo

Loteamento/ Propriedade	Localização	Proprietário	Data do registro em cartório	Área total	Número de lotes e quadras
Propriedade da Povoação de Tambuí	Tambuí	Antonio de Brito Lyra	22/05/1902	--	--
Propriedade Enseada do Cabo Branco	Cabo Branco	Paulo Miranda de Oliveira	02/06/1952	488,11 Ha*	--
Loteamento São Gonçalo	Tambuí	Djair Nobrega	14/12/1943	--	754 lotes
Loteamento Jardim América	Bessa	Sociedade Imobiliária Jaguaribe Ltda	22/09/1953	156.177,30m ²	2.064 lotes
Loteamento Jardim Oceania IV 1ª etapa	Bessa	Cândida Gomes da Silva	05/02/1981	123,80 Ha	35 quadras
Loteamento Jardim Oceania IV 2ª etapa	Bessa	Albany Gomes Pinheiro e herdeiros	11/12/1989	121,96 Ha	53 quadras e 1.668 lotes
Loteamento Jardim Pan América	Tambuí	Companhia Imobiliária Jaguaribe Ltda	03/07/1958	34.000m ²	44 quadras e 734 lotes
Loteamento Pontal do Bessa I	Bessa	Alberto Ribeiro Gomes da Silva	08/01/1971	14,80 Ha	13 quadras e 138 lotes
Loteamento Jardim Bessamar	Bessa	Ramos – Empreendimentos imobiliários	10/12/1990	--	--
Loteamento Jardim Oceania I	Bessa	Isidro Gomes da Silva e herdeiros	13/01/1971	--	--
Loteamento Intermares	Intermares	Gladys de	02/01/1982	136,93	97 quadras

Fonte: Certidões de registros de imóveis e memoriais descritivos – cartórios: Eunápio Torres, Carlos Ulysses e Figueiredo Dornelas.

*Obs: A certidão de registro de imóveis da propriedade Enseada do Cabo Branco inclui também a Propriedade Timbó, atribuindo apenas uma área para as duas propriedades.

As informações colhidas nos memoriais descritivos dos loteamentos foram cruciais para o entendimento do processo de produção do espaço urbano na porção litorânea norte de João Pessoa. Por exemplo, descobrimos que os loteamentos: Pontal do Bessa I, Jardim Oceania I e IV, pertenciam ao senhor Isidro Gomes da Silva, o que o tornava um latifundiário urbano. Este senhor possuía outras porções de terras que se situavam fora dos limites do nosso campo de estudo. Hoje, as áreas que pertenceram à família Gomes correspondem aos bairros do Bessa, Jardim Oceania e Aero clube.

De acordo com o quadro 01 é possível observar que o conjunto da área de estudo é formado por nove loteamentos e duas propriedades. As propriedades mais antigas como a Povoação Tambaú, que data de 1902, e a Enseada do Cabo Branco, não foram transformadas em loteamentos como as demais descritas neste mesmo quadro. Sabemos, no entanto, por meio de um diálogo estabelecido com um antigo funcionário do cartório Carlos Ulysses, que a terra foi vendida pouco a pouco mas não foi registrada enquanto loteamento, no referido cartório.

Ainda de acordo com o quadro 01 (base fundiária), é possível constatar como é recente o processo de produção e reprodução do espaço urbano, essencialmente naquela área que envolve os bairros de Jardim Oceania, Aero clube e Bessa, pois até a década de 1990 alguns loteamentos estavam em fase de implantação, como o Jardim Bessamar, por exemplo.

Todavia, é preciso esclarecer que, se por um lado o surgimento dessa área loteada é recente, sua ocupação vem ocorrendo de forma tão acelerada que já não se encontra com facilidade lotes à venda, isto talvez, seja mais visível no bairro de Intermares, onde foram abertas novas áreas, as quais denominamos de novas frentes de expansão urbana no litoral norte. Esse bairro se encontra localizado no município de Cabedelo, conferindo assim, a existência do processo de conurbação urbana.

Com efeito, vemos que a terra que foi transformada em urbana era monopolizada por algumas famílias tradicionais que faziam parte da elite local. É possível ainda demonstrar, que de acordo com o memorial descritivo do Loteamento Pontal do Bessa – I, juntamente com o Pontal do Bessa II, estes constituíam o lote 13 da antiga propriedade “Boi Só” ou “Ribamar”. Estas, por sua vez, também pertenciam ao Sr. Isidro Gomes.

Todas essas áreas foram transformadas pelos agentes imobiliários, e ao invés da propriedade, sítio ou fazenda, implantou-se o loteamento. O solo passa adquirir características de urbano a partir da infraestrutura que vai sendo instalada, e também pelos novos usos e valores que vão sendo impressos. Isto ocorre em função da ampliação do território da cidade, que sugere novas áreas para serem construídas, não apenas para as residências, mas também para o comércio, serviços e outras atividades.

Com efeito, a ampliação territorial da cidade ocorre também de forma descontínua. O Estado mais uma vez é o grande parceiro dos proprietários privados da terra. Um bom exemplo é a implantação desses loteamentos que estão em evidência no quadro 01. Foram criados pelos seus proprietários com o aval das Prefeituras Municipais sem o mínimo de infraestrutura, mas valorizados a partir da instalação dos serviços e dos equipamentos urbanos cobrados a uma camada da população que se dirigia para a área, essencialmente, aquela porção que envolve os bairros setentrionais (Jardim Oceania, Aero clube, Bessa e Intermares).

Ainda que abriguem uma classe social de poder aquisitivo elevado, esses bairros carecem de uma melhor infraestrutura, principalmente, de saneamento básico, calçamento de ruas e drenagem das águas pluviais. Movido por financiamento adquirido através de convênios com a Caixa Econômica Federal e PRODETUR, os governos estaduais e municipais deram início ao programa de implantação dessas infraestruturas.

Nesse processo ocorre uma valorização dos terrenos, que agora contam com esses benefícios, e o que é mais importante, os proprietários desses imóveis não despendem nem um gasto para isso, gerando dessa maneira uma especulação imobiliária, ou seja, o poder público utilizou recursos que foram pagos em impostos por uma coletividade, mas estes tributos foram destinados apenas a uma parcela da população, que foi desse modo, beneficiada.

Contudo, vale ressaltar que após as mudanças ocorridas na política econômica brasileira, a partir do início da década de 1990, principalmente sob o aspecto do processo de privatização, alguns desses serviços deixaram de ser públicos, como por exemplo: o fornecimento de energia elétrica e o sistema de telecomunicações, os quais passaram a ser controlados por grupos estrangeiros que atuam no mercado mundial. No entanto, há que se considerar que essa orientação de caráter neoliberal constitui uma imposição da atual conjuntura econômica de âmbito global.

Sendo assim, ao invés de encontrar meios para solucionar estas questões, o Estado brasileiro se desobriga de sua função social, aprofundando a problemática aqui discutida. Certamente, esse posicionamento tomado pelo Estado vai se refletir na vida das pessoas e na cidade.

Como vimos, o poder público não implantou de imediato as infraestruturas necessárias à ampliação dessa parte da cidade. Só depois da instalação dos equipamentos urbanos é que a esfera pública começou a instalar a rede de drenagem urbana, de saneamento básico, vias de acesso asfaltadas e iluminação. Mesmo assim, estes bairros cresceram com uma velocidade surpreendente. O que muda com essa infraestrutura é o índice de ocupação dessas áreas que passa a ser maior. Ou seja, pode-se construir mais numa área menor, sugerindo uma maior densidade urbana. Esta questão é de suma importância uma vez que vai contribuir para o processo de verticalização da cidade.

Isto demonstra que, ao se transformar em terra urbana, as antigas propriedades se sobrevalorizaram, havendo, portanto uma valorização do solo urbano litorâneo. Aqui fica claro a ocorrência de uma especulação imobiliária patrocinada pelos agentes imobiliários e pelos proprietários privados da terra urbana. Indica também que a cidade, na visão do capital é uma mercadoria bastante disputada e que a melhor parte é “dada”, àqueles que podem pagar caro para obtê-la.

Considerações Finais

A construção da estrutura fundiária urbana que se projetou sobre a porção litorânea norte de João Pessoa, mostra desde os primórdios, uma clara divisão de classe. As doações de terras (sesmarias), e outras formas de distribuição, realizadas no período imperial, criavam os indícios de uma repartição de terra baseada em modelos segregatórios. Nesse período a terra, apesar de não ser vendida, já era dada àqueles que detinham o título de nobreza.

A doação de terra a um nobre português, denominado Antonio Bessa, é reveladora dessa segregação que se instituiu. Até hoje a praia e o bairro recebem o sobrenome “Bessa”.

Se criava portanto, os referenciais de que este espaço seria destinado aqueles que detinham uma renda mais elevada. Embora, as contradições sociais geradas pelo modo de produção capitalista demonstrem que a porção litorânea em estudo abrigue classes sociais distintas, tendo como testemunho, os aglomerados subnormais.

Sendo assim, os documentos históricos e o levantamento dos registros dos imóveis realizado nos cartórios, evidenciam que as propriedades, sítios, fazendas e os primeiros loteamentos são de propriedades de famílias que compunham a elite local. Todo esse modelo de ocupação da terra, que mais tarde ganharia o signo do urbano testemunha e torna evidente uma espacialidade urbana segregadora, onde a divisão de classe não é apenas social, mas a um só tempo também espacial.

É por essa via que o processo histórico da constituição e da projeção da estrutura fundiária urbana ocorrida neste período serve de referência para a compreensão da segregação socioespacial que se consolida e se materializa no momento atual.

Nessa perspectiva é lícito afirmar que o litoral norte de João Pessoa é fortemente caracterizado por uma expressiva densidade urbana, o processo de reprodução do espaço urbano é, no mínimo, digno de registro, uma vez que observamos uma expansão urbana surpreendentemente acelerada e, ao mesmo tempo, reveladora de inúmeras contradições.

Soma-se a esse processo, o fato de que parte da população de classe média de João Pessoa tem manifestado o interesse de morar cada vez mais próximo ao mar. Reforçando esse aporte populacional, temos informações junto à imprensa local de que está havendo um deslocamento de pessoas de outros estados, tanto da região Nordeste, quanto de outras regiões do país. Segundo as entrevistas concedidas aos jornais locais, essas pessoas buscam a cidade de João Pessoa por acreditar que ela oferece uma relativa tranquilidade para se morar. Outros, todavia, buscam investir no setor imobiliário que se encontra em ascensão.

Desse modo, pudemos observar que, neste local há uma oferta expressiva de imóveis. Por outro lado, no tocante a lotes urbanos, a oferta não poderia ser significativa, uma vez que registramos poucas áreas para serem ocupadas.

A esse respeito, Cunha (1987) comenta que a onda crescente de escassez de terras conduz a um aumento do preço da terra urbana. Quando remetemos esta questão para o setor que estamos discutindo, a situação torna-se mais latente, justamente pelas especificidades que aqui já foram colocadas da terra urbana litorânea.

Nesse sentido, a localização, a acessibilidade e a escassez de lotes dos bairros estudados são, sem dúvida alguma, características importantes, no momento em que condicionam um aumento do preço, tanto do solo urbano quanto do imóvel construído. Como vimos, esta foi uma área que cresceu repentinamente e isto pode ser considerado um traço marcante das cidades latino-americanas, pois crescem sem a infraestrutura necessária. Daí porque surge toda ordem de distúrbios. O bairro do Bessa é bastante ilustrativo sob esse aspecto.

Dessa forma, constatamos que a acessibilidade foi socialmente produzida pela esfera pública. Contudo, observamos também que naquelas áreas mais carentes ou próximas a estas, o problema é ainda mais dramático e muito pouco tem sido feito para amenizar a situação das populações de baixa renda que residem, no caso deste estudo, às margens do rio Jaguaribe, ou mesmo nas encostas das falésias. Percebemos também que o Estado investiu primeiro naquelas áreas que em que os objetos já tinham sido instalados. Principalmente, aqueles de grande representação espacial, como os edifícios, os grandes equipamentos urbanos, a exemplo do Hiperbompreço e dos shoppings, dentre outros.

Esse tipo de crescimento urbano, muito acelerado e desorganizado, é um traço comum das cidades que se encontram na periferia do capitalismo. Talvez, por isso, não possamos falar literalmente em um processo de urbanização, visto que este termo não se limita apenas ao surgimento da cidade e seu crescimento, mas é algo muito mais amplo, envolvendo todo um suporte de infraestruturas nos mais variados setores da sociedade e da cidade, influenciando em larga medida na qualidade de vida de seus moradores.

Com efeito, notamos que, as construções se realizam antes mesmo de haver a preparação da estrutura física da cidade. Sendo assim, a velocidade com que ocorrem as construções na cidade, resultando em um rápida ampliação do seu tecido urbano, é bem superior à implantação de um suporte necessário ao seu crescimento. Ainda podemos afirmar que, a incrível “onda” de objetos instalados, supera todas as diretrizes atribuídas no Plano Diretor.

No caso da área litorânea de João Pessoa que nos propusemos a estudar, este é um fato visivelmente observado. Uma outra característica dessa área é que, com raríssimas exceções, o que há de novo na cidade de João Pessoa, ocorre aqui, não é à toa que nos últimos vinte anos, este setor registrou os mais expressivos índices de construção para os mais variados fins, de toda a cidade, notadamente dos serviços e comércios. Inclusive, pode-se afirmar que a cidade vem assumindo um perfil vertical, a partir de sua porção litorânea norte.

Sendo assim, acreditamos que o estudo da estrutura fundiária urbana, não pode estar desvinculado do fato urbano, mesmo porque existem relações intrínsecas entre a estrutura fundiária que é montada na cidade e os objetos que são projetados sobre ela. Do mesmo modo, não poderíamos ter discutido estas questões sem o entendimento da renda diferencial assimilada como resultado das relações sociais de produção que se operam na cidade. Por fim, é preciso considerar a história e o modelo da estrutura fundiária urbana que se projetou neste espaço desde o momento inicial de sua ocupação.

Referências

CUNHA, Gelsonete Sotero. **Natal: a expansão territorial urbana**. Rio Claro: UNESP, 1987. Dissertação de Mestrado.

LOJKINE, Jean. **Existe uma renda fundiária urbana?** In: *Marxismo e urbanismo capitalista. Textos críticos*. Organizador: Reginaldo Forti. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **O capital: Crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**, 1978. In: A produção capitalista da casa e (da cidade) no Brasil industrial. Organizadora: Ermínia Maricato. 2. ed. São Paulo: Alfa ômega, 1982.

SAULE JÚNIOR, Nelson. ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade**: novas perspectivas para a reforma urbana. São Paulo: Pólis, 2001.

TOPALOV, Christian. **Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil**: capital e propriedade fundiária. In: Marxismo e urbanismo capitalista. Textos críticos. Organizador: Reginaldo Forti. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Observações

I. O Estatuto da cidade, lei recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, “é encarregada pela Constituição de definir o que significa cumprir a função social da cidade e da propriedade urbana, a nova lei delega esta tarefa aos municípios, oferecendo para as cidades um conjunto inovador de instrumentos de intervenção sobre seus territórios, além de uma nova concepção de planejamento e gestão urbanos” (ROLNIK, 2001, p. 5).

II. Para Marx (1983), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (MARX, 1983, P. 45).

III. Na operação de promoção de imóveis estão envolvidas as construtoras, incorporadoras, corretoras de imóveis, e os agentes financeiros que podem ser as instituições bancárias ou grupos de empresários de outros setores produtivos. Por fim, temos a participação do Estado nas ações de implementação de infra-estruturas.

IV. A Lei de urbanização, que também recebe os nomes de Lei de parcelamento do solo, Lei Lehmann ou ainda Lei de Loteamentos, publicada no Diário Oficial da União sob nº 6.766, de 20 de Dezembro de 1979, atribui as seguintes considerações para parcelamento do solo urbano, loteamentos, desmembramentos e lotes. O artigo 2º do capítulo I da referida lei define: “O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta lei e das legislações estaduais e municipais pertinentes”. Já §1º do artigo 2º relata que: “considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.” Enquanto o §2º do mesmo artigo diz que desmembramento “é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.” E finalmente o § 4º considera “lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definido pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.” Este parágrafo, conforme a lei de urbanização diz que ele foi acrescentado pela lei nº 9.785, de 29/01/1999, no DOU de 01/02/1999. (Texto eletrônico: Lei de urbanização, acessado em 22/08/2001)

V. Para nós, o uso da terminologia litoral norte faz referência ao perímetro litorâneo, que tem início no bairro do Cabo Branco e termina no bairro do Bessa, acrescentando ainda o bairro de Intermares, que se encontra localizado no município de Cabedelo. Esta delimitação territorial compreende a área em estudo.

VI. O rio Jaguaribe é considerado o mais importante rio urbano da cidade de João Pessoa. Ele nasce em uma área denominada três lagoas, onde recentemente foi construído o viaduto, no entroncamento das BR-230 e 101. Nasce na porção sudoeste da cidade, percorrendo em direção NE até o limite dos bairros Cabo Branco e Miramar, tomando a partir deste ponto a direção N. Seu curso original foi desviado na década de 20 do século passado. Desaguava em dois pontos distintos, um nas proximidades do hotel Tambaú e outro entre os atuais bairros do Bessa e Intermares. Devido ao crescimento desestruturado da cidade, este importante fluxo hídrico teve suas margens ocupadas ilegalmente por dois grupos sociais distintos: os equipamentos urbanos de grande expressão como hipermercados, condomínios residenciais, o Manaíra Shopping, etc., e os aglomerados subnormais.

**ESTUDO GEOHISTÓRICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS
NA AVENIDA PRESIDENTE BANDEIRA NO BAIRRO DO ALECRIM EM NATAL/RN**WELLITON BELO DA ROCHA
GERSON GOMES DO NASCIMENTO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Resumo

O presente trabalho analisa o setor de serviços na Avenida Presidente Bandeira no bairro do Alecrim em Natal/RN. O estudo parte da análise de que esse processo está associado ao processo de produção e reprodução urbana na ótica capitalista evidenciando a ação dos agentes no processo que aí atuam resultando em diferenciações dessas atuações no espaço que o torna desigual. Apresenta a evolução histórica do conceito de serviços (suas correntes) evidenciando-o como o setor econômico que mais tem crescido na economia do Rio Grande do Norte, sobretudo na cidade de Natal. O trabalho procura mostrar os tipos de serviços existentes bem como classificá-los dentro do contexto da produção do espaço e suas vertentes e que estão presentes nessa avenida. Enquanto procedimentos metodológicos o trabalho constitui-se de pesquisa bibliográfica buscando dialogar com os principais teóricos relacionados ao estudo em tela e complementado por uma pesquisa de campo onde buscamos corroborar os estudos por meio dos fatos empíricos constatados na visita ao campo de estudo do presente trabalho. Concluimos que o estudo nos leva a afirmar que a referida Avenida Presidente Bandeira se constitui como uma das principais artérias viárias do bairro do Alecrim e como tal é geradora de emprego notadamente no comércio e serviços.

Palavras-Chaves: Produção e Reprodução do Espaço. Serviços.
Avenida Presidente Bandeira.

Abstract

This paper analyzes the services sector at Presidente Bandeira Avenue in Alecrim neighborhood in Natal / RN. The study of the analysis that this process is associated with the production and reproduction process in urban capitalist perspective showing the action of the agents in the process working there resulting in differences of these actions in space that makes it uneven. It presents the historical evolution of the concept of services (their current) showing it as the economic sector that has grown the most in the Rio Grande do Norte economy, especially in Natal. The work aims to show the types of services and classify them within the context of the production of space and its dimensions and that are present in this avenue. While methodological procedures work consists of literature seeking dialogue with the main theoretical related to study screen and supplemented by field research where we seek to corroborate the studies by the empirical facts noted in the visit to the field of study of this work. We conclude that the study leads to claiming that that President Bandeira Avenue constitutes the one of the main road arteries of the Alecrim neighborhood and as such generates a large flow of the third sector of the economy especially in trade and services.

Keywords: Production and Space Playback. Services.
Presidente Bandeira Avenue.

Introdução

O setor de serviços é atualmente o que mais cresce dentro do cenário atual da economia quer seja a nível mundial ou local. No estado do Rio Grande o setor terciário representa 74,3% do Produto Interno Bruto-PIB potiguar destacando-se nas áreas de gastos públicos e do comércio segundo o Perfil Econômico do Rio Grande do Norte (2014, p. 74). Apesar do redirecionamento das atividades comerciais para outras áreas da cidade, o setor comercial ainda é muito marcante no bairro do Alecrim na Zona Leste da cidade Natal (PERFIL ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014, p. 74).

O presente trabalho pretende, pois, analisar a distribuição dos serviços na Avenida Presidente Bandeira no bairro do Alecrim, Natal-RN. A pesquisa surgiu pela necessidade de se compreender como se deu o processo de organização socioespacial e sua distribuição no referido bairro através do tempo, sobretudo a partir da criação deste até os dias atuais. Nesse sentido a pesquisa buscou por meio da investigação bibliográfica e de campo estudar esse processo de formação das atividades relacionadas ao setor terciário do bairro do Alecrim, destacando a supracitada avenida como área de estudo.

Para tanto nos baseamos nos referenciais bibliográficos tais como Santos (2001, 2006, 2008, 2012), Lefebvre (2008) e Harvey, (1980) a quem recorremos para analisar a formação do espaço habitado; Cascudo e outros que nos ajudaram a investigar a origem histórica do bairro do Alecrim e pôr fim a pesquisa de doutoramento do professor Nascimento (2012) que nos ajudou a compreender as atividades do setor de serviços na atualidade no tocante à cidade de Natal.

Assim, os seguintes objetivos permearam o estudo que ora apresentamos:

Analisar o processo de produção/reprodução urbana do bairro do Alecrim;

Evidenciar a importância do terceiro setor da economia na Avenida Presidente Bandeira;

Mostrar a atual distribuição dos serviços na área objeto de estudo.

Para alcançar tais objetivos, recorreremos, além da pesquisa bibliográfica recorreremos à pesquisa de campo a qual foi de fundamental importância. Para isso visitamos o bairro e a referida avenida enquanto recorte socioespacial de nossa área de pesquisa bem como entrevistamos os comerciantes ali estabelecidos.

Assim, acreditamos que esse trabalho se justifica em função da necessidade de se compreender o setor terciário no bairro do Alecrim, bairro esse tradicionalmente relacionado com as atividades comerciais, notadamente na área objeto de estudo enquanto maior atividade terciária popular na capital potiguar na atualidade.

CARACTERIZANDO A ÁREA DE ESTUDO

O Alecrim é um bairro situado na Região Administrativa Leste da cidade de Natal capital do Rio Grande do Norte. Em ordem de criação é o quarto bairro criado em Natal . É o bairro que concentra o setor de comércio popular da capital potiguar razão pela qual é um dos bairros mais populosos atraindo não só os moradores da capital como também do interior do estado bem como de outros estados da região.

A origem do bairro do Alecrim

O bairro do Alecrim teve seus primeiros moradores se fixando no local na última década do século XIX, já com suas avenidas e ruas numeradas, é uma réplica da Cidade Nova (GALVÃO 2007, p.21). O desenvolvimento do lugar a partir do segundo decênio do século XX permitiu assim o avanço demográfico e urbanístico de Natal em direção aos tabuleiros. Em 1909 o bairro ainda estava em formação. O bairro do Alecrim foi oficialmente criado através do Decreto da Intendência Municipal de Natal, datado de 23 de outubro de 1911 oficializado em 30 de setembro de 1947, na administração do Prefeito Silvio Piza Pedroza (JÚNIOR, 2007, p.130). Em 1941-1942 Natal tinha 200 logradouros públicos sendo 35 deles situados no Alecrim, dos quais 2 avenidas, 2 praças, 28 ruas e 3 travessas (GALVÃO, 2007, p.24).

Sobre a origem toponímica do bairro do Alecrim sabemos que (DANTAS 2007, p. 84):

Conservou sua primitiva denominação poética em homenagem ao monumento dessa "cotovia mística das rimas" que pelos séculos adiante jamais perderá a força embriagadora do seu lirismo divino, no horto de arminho, onde as almas dos humildes e dos simples vêm aprender com ela a sonhar, com essa que o poeta viu dormindo eternamente entre lilases, boiando na corrente das mágoas como um lótus de extintas primaveras.

Apesar da conotação poética para o surgimento do nome do bairro, a realidade era bem outra. No início do surgimento do Alecrim, o local não passava de um arrabalde de pessoas pobres. Já para Cascudo (2007, p. 101), no bairro estendiam-se ruas claras e alegres, povoadas e álcres. A figura 1 mostra aspectos do bairro do Alecrim na década de 1960.



Figura 1- Imagem do bairro do Alecrim

Fonte: <http://www.omb100.com/natal-alecrim/historia>. Acesso em 06 junho. 2016.

Destaca-se como símbolos históricos do bairro Alecrim o primeiro cemitério público de Natal, o Alecrim Futebol Clube e a igreja de São Pedro. No bairro também foi criado um dos mais antigos grupos de escoteiros de Natal, a Associação dos Escoteiros do Alecrim fundado em 24/06/1917 onde a sede do referido grupo se localiza no atual Instituto Padre Miguelinho . Na década de 1940 foi construído um dos dois mercados públicos de Natal à época, o outro estava situado na Cidade Alta (CÂMARA, 2007, p.108) e nesse período o bairro do Alecrim se firmaria como bairro comercial de Natal. Destacamos ainda a sede do 3º Distrito Naval da Marinha.

Como dito anteriormente, o bairro do Alecrim estava constituído de 18 avenidas numeradas, no entanto, não nos foi possível identificar os nomes correspondentes as avenidas numeradas de 13 a 18, uma vez que tal numeração se deve ao fato das pessoas do bairro deixar de usar o costume de numeração das avenidas adotando o nome civil, assim, no bairro do Alecrim coexistem as duas formas de se referir as avenidas, até mesmo nas que são tradicionalmente conhecidas pela numeração a exemplo da avenida em estudo, a avenida 2. Assim, as pessoas do lugar se referem a ela tanto pelo número como pelo nome oficial que é Avenida Presidente Bandeira.

As pessoas mais antigas do bairro acreditam que a numeração das avenidas foi criação dos americanos durante sua permanência na capital potiguar na Segunda Guerra Mundial, no entanto constatamos que o sistema de numeração é bem anterior a chegada dos americanos a Natal como já mencionado anteriormente. Com relação à Avenida Presidente Bandeira ou Avenida 2 no bairro do Alecrim a mesma faz homenagem a João Capistrano Bandeira de Melo que governou o Rio Grande do Norte no período de 1873 a 1875 (JÚNIOR, 2007, p. 131). A figura 2 mostra a Avenida 2 ou Presidente Bandeira no Alecrim nas décadas de 1950 e 1960.



Figura 2- Avenida Presidente Bandeira no Alecrim

Fonte: <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/alecrim- algumas-considera>. Acesso 06 jun. 2016.

Pelas imagens podemos observar a evolução urbana da referida avenida num período de 10 anos sendo o comércio responsável por tais transformações no local. Essa avenida sempre manteve essa característica relevante no que se refere à sua organização socioespacial direcionada aos serviços (JÚNIOR, 2007).

Localização Geográfica e a Distribuição dos Serviços na Avenida Presidente Bandeira

O bairro do Alecrim está situado na região administrativa leste da cidade do Natal capital do Rio Grande do Norte. O mapa 1 mostra a localização bairro do Alecrim no mapa da cidade de Natal em destaque. Neste mapa é possível identificar a posição do bairro do Alecrim em relação aos demais bairros da cidade de Natal, já o mapa 2 mostra a delimitação do bairro do Alecrim.



Mapa 1- Mapa da cidade de Natal.

Fonte: SEMURB, 2016.



Mapa 2- Delimitação do bairro do Alecrim
Fonte: SEMURB, 2008.

Assim, observamos que o bairro do Alecrim se limita ao Norte com Rio Potengi e Cidade Alta; ao Sul com Lagoa Nova e Dix-Sept Rosado; a Leste com Barro Vermelho e Lagoa Seca e a Oeste com as Quintas, possuindo 309,37 de hectares de área e população estimada em 94.347 segundo dados do Censo 2010 do IBGE ficando em 9º lugar entre os 10 bairros mais populosos de Natal (IBGE, 2010). O Alecrim é o tradicional bairro comercial de Natal, tendo no comércio de rua sua principal força impulsionadora da renda gerada no comércio e serviços ali existentes. Segundo Nascimento (2007, p.23), o setor terciário do bairro do Alecrim mostrava-se bem consolidado e diversificado já na década de 1970. Considerando a produção de territórios pelo setor terciário, o autor (2007, p. 25) afirma que tais territórios são intermediados formas de consumo diversas das quais fazem parte os meios de transportes, hospedagens, ramos de atividades alimentícias, têxteis, calçados, bancos e escolas. Estas atividades é que dão a tônica do funcionamento desses territórios.

Percebemos que na avenida em questão além do camelódromo, que é um “território próprio” da Avenida Presidente Bandeira, não há uma uniformidade na distribuição dos estabelecimentos comerciais, como há em outros pontos do próprio bairro do Alecrim, como por exemplo, as avenidas onde existe a concentração de óticas e outras de lojas de produtos automotivos. Na avenida há uma heterogeneidade em relação à distribuição dos estabelecimentos comerciais e de serviços.

Segundo Holanda, em 2011 o bairro empregava 35 mil pessoas no comércio com carteira assinada, representava 74,44% do comércio varejista, sendo 40 % dos estabelecimentos comerciais e contribuindo com 35% do ICMS de Natal. O varejo é a explicação natural para a vocação comercial do Alecrim segundo Holanda (HOLANDA, 2015, P. 77). A feira do Alecrim localizada na Avenida Presidente Quaresma e adjacências é o grande atrativo do bairro sendo realizada tradicionalmente aos sábados. Existindo desde 20 de junho de 1920, é realizada num espaço de 515 m² de cobertura (tendas), com 1.056 bancas, banheiros, lixeiras e placas de identificação de produtos que estão separados por tipos de produtos ([HTTP://WWW.COMPRENOALECRIM.COM.BR](http://www.comprenoalecrim.com.br)). A feira do Alecrim é a maior e mais tradicional feira da capital potiguar.

Há no Alecrim uma extensa rede de avenidas, como a Coronel Estevam, a Amaro Barreto, a Presidente Quaresma, a Avenida Alexandrino de Alencar e a própria Presidente Bandeira que se articula com as demais regiões de Natal sendo estas as principais vias de articulação do bairro com o restante da cidade. Há ainda a presença dos mais variados tipos de serviços e comércio no referido bairro de tal forma que algumas ruas chegam a ter um só seguimento de comércio ou serviço com empresas de pequeno e médio porte.

Outro destaque na economia do bairro do Alecrim é a sua economia Informal que “se tornou um grande atrativo no bairro, tendo este proporcionado grandes transformações socioespaciais no mesmo, algumas não muito desejadas” (NASCIMENTO, 2011, p. 81). A figura 3 mostra aspectos da Avenida Presidente Bandeira na altura do camelódromo.



Figura 3. Avenida Presidente Bandeira na altura do camelódromo.
Fonte: acervo do autor, 2016.

As imagens mostram início do camelódromo, à esquerda no lado destinado somente ao fluxo de pedestre e o cruzamento com a avenida Cel. Estevam, à direita; nestes locais se percebe a grande quantidade de comerciantes informais na avenida em estudo. Os locais retratados nas imagens são pontos de grande concentração de pessoas e fluxo de trânsito devido ser cruzamento com uma das principais avenidas do bairro, a avenida Cel. Estevam.

Assim, é notório que numa simples ida ao bairro do se percebe o caos nas ruas, a movimentação dos carros e transeuntes, o barulho, a poluição sonora e visual, a falta de estacionamentos, a presença de ambulantes e camelôs competindo com os lojistas pela atenção dos consumidores bem como as pessoas que se “acotovelando” pelas suas principais ruas e avenidas a exemplo da área de estudo em questão.

Nesse sentido, acreditamos que o crescimento desordenado aliado a falta de atenção aos problemas estruturais do bairro por parte do poder público e a falta de qualificação e gestão por parte de proprietários de estabelecimentos comerciais são os grandes problemas estruturais do Alecrim na atualidade. Apesar disso, o bairro ainda se apresenta como o maior e mais importante centro de comércio popular de Natal. A figura 4 mostra aspectos da Avenida Presidente Bandeira no seu início.



Figura 4 E 5: início da Avenida Presidente Bandeira.

Fonte: acervo do autor, 2016.

Setor Informal: Uma realidade na Avenida Presidente Bandeira no Alecrim

Por economia informal entendemos as atividades que estão à margem da formalidade, existindo sem firma registrada, sem emitir notas fiscais, sem empregados registrados, sem contribuir com impostos para o governo. Quando os setores primários, secundários ou terciários atuam sem o conhecimento do governo, que não consegue arrecadar impostos e não são recolhidos os encargos sociais dos trabalhadores, estamos diante da economia informal.

São exemplos de atividades mais visíveis na economia informal os vendedores ambulantes que por meio do contrabando vendem suas mercadorias nos grandes centros. No que diz respeito à economia informal na Avenida Presidente Bandeira verificamos que há uma grande presença de vendedores autônomos, camelôs que atuam nos mais variados trechos da avenida ofertando os mais diversos produtos. No próximo capítulo, analisaremos a área de estudo que é a Avenida Presidente Bandeira no bairro do Alecrim.

Assim, esta Avenida se apresenta como um micro espaço onde a divisão do trabalho é caracterizada pela presença do comércio formal e do informal. No comércio formal se apresenta as lojas, muitas tradicionais, que fazem parte da história do bairro estudado, essas lojas dividem o espaço com os comerciantes ambulantes e os camelôs que disputam entre si os transeuntes que por ali passam no fervilhar do cotidiano. Desta forma, este é o atual quadro que encontramos na área escolhida como objeto de nossa análise nesse trabalho.

Considerações Finais

A Produção/Reprodução do espaço urbano se constitui na base do objeto de estudo da Geografia o qual possibilita a compreensão dialética de como se dá o processo de construção da cidade até os dias atuais, ou seja, sua atual reconfiguração socioespacial. O setor de comércio e serviços é um conceito da Geografia que está ligado ao processo de produção/reprodução do espaço geográfico uma vez que tem influência direta nesse processo, transformando-o de forma substancial.

O setor terciário como também é chamado é uma dos que mais se destaca na economia mundial de países em vias de desenvolvimento, inclusive no Brasil onde tem grande participação no PIB, assim também se verifica que o setor de comércio e serviços tem sua importância na economia potiguar, sobretudo na cidade de Natal a capital do estado onde se concentra o maior fluxo de comércio e serviços.

O recorte socioespacial desse nosso estudo procurou evidenciar e analisar o setor terciário na Avenida Presidente Bandeira no bairro do Alecrim, zona leste da capital potiguar. Nele vimos que há uma diversidade do setor terciário que transparece no comércio lojista [formal] e o comércio informal [camelôs] além dos serviços das mais diversas áreas, tais como saúde, educação, beleza, alimentação etc.

O setor terciário movimenta segundo a Associação dos Lojistas do bairro do Alecrim cerca de 44% do ICMS que é arrecadado em impostos pelos órgãos de tributação dos governos estadual e municipal. No entanto, o que é arrecadado pouco ou quase nada retorna em benefícios para os moradores e/ou frequentadores do bairro. É flagrante a falta de estrutura nas grandes vias de circulação têm prejudicado a questão da mobilidade urbana.

Ainda podemos citar como condicionantes que impedem o funcionamento ideal do bairro do Alecrim a segurança e a falta de estacionamentos entre outros aspectos. Apesar disso verificamos com o estudo que a avenida objeto de nossa investigação se constitui como uma das principais artérias viárias do bairro do Alecrim e responsável por seu dinamismo econômico que transparece na diversidade do setor terciário que nela existe. Assim, acreditamos que alguns problemas deveriam ser resolvidos em comum acordo entre o poder público, os lojistas e comerciantes informais na área em estudo, como por exemplo, adequação do trânsito para melhorar o fluxo de carros e pedestres, solucionar a questão de estacionamento que é um dos grandes problemas para motoristas que trafegam pelo bairro.

Além disso, acreditamos que adequar ou até mesmo reformular o camelódromo seria uma alternativa para solucionar o entrave entre lojistas e comerciantes informais. Esteticamente e estruturalmente o camelódromo é uma rugosidade visível na paisagem que deixa muito a desejar para a dinâmica estrutural da cidade do Natal. No entanto há que se cobrar algumas iniciativas do poder público que visam melhorar a fluidez do trânsito como corredor exclusivo para ônibus, ou seja, de políticas públicas urbanas no bairro e, principalmente na avenida Presidente Bandeira, a nosso ver uma boa alternativa para melhorar o trânsito e que deveria se estender em outras áreas do bairro do Alecrim.

Referências

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. A desindustrialização de Porto Alegre: causas e perspectivas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 3-28. 1988.

Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, 2014, PDF.

BARROS, Sandra Augusta Leão. Que recorte territorial podemos chamar de bairro? O caso de Apipucos e poço da panela no Recife. *Revista de Urbanismo*, Santiago de Chile, n, mar. 2004. Disponível em: <http://revistaurbanismo.uchile.cl/>. Acesso em: 24/01/2015.

BEZERRA, J. A. A reafirmação do bairro: um estudo geo-histórico do Alecrim na cidade de Natal-RN. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005.

CAFEHISTORIA. <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogspot.com>.

CAERN. Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.caern.rn.gov.br>. <http://www.caern.rn.gov.br>

CÂMARA, Anfilóquio. In: *Urbanismo. Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade do Natal/ Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo; organização de João. Gothardo Dantas Emerenciano*. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: RN econômico, 2000.

CASTILHO, C. J. M. As Atividades dos serviços, sua história e seu papel na organização do espaço urbano: uma "nova" perspectiva para a análise geográfica? *Revista de Geografia*, Recife, v. 14, n. 1/2, p. 29-89, jan./dez. 1998.

COMPREENOALECRIM. <http://www.comprenoalecrim.com.br>.

CORRÊA, H. L.; CAON, M. *Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes*. São Paulo: Atlas, 2002.

CORRÊA, HENRIQUE L. e GIANESI, IRINEU G. N. - "Just In Time, MRP II e OPT: um enfoque estratégico". São Paulo, Atlas, 1993.

CORRÊA, R. L. Área central: mudanças e permanências – uma retrospectiva. In: IX Simpósio Nacional de geografia Urbana. Cidades, territorialidade, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus-AM, 18-21 Anais..., out. 2005.

COSERN. Companhia Energética do Rio Grande do Norte. <http://www.cosern.com.br/Pages/default.aspx>

DANTAS, Manoel. In: natal daqui a cinquenta anos. Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade do Natal/ Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo; organização de João. Gothardo Dantas Emerenciano. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

Dicionário HOUAISS, 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GALVÃO, Hélio. In: aspectos da evolução urbana e demográfica de natal. Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade do Natal/ Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo; organização de João. Gotardo Dantas Emerenciana. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

FELIPE, José Lacerda Alves et all. Atlas, Rio Grande do Norte: espaço geohistórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo; Atlas 2007.

GOMES, R. C. C.; SILVA, A. B.; SILVA, V. P. O Setor Terciário em Natal. In: VALENÇA, M. M.; GOMES, R. C. C. (Org.). Globalização e desigualdade. Natal: A. S. Editores, 2002, p. 289-310.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

_____, Contas Regionais do Brasil 2013. <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=contasregionais2013>.

_____, Pesquisa Anual de Comércio, 2013.

_____, Pesquisa Anula de Serviços, 2013.

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. Perfil do Rio Grande do Norte. Disponível em PDF. 2012.

INFOESCOLA. <http://www.infoescola.com/economia/setor-terciario/> - Acesso em 24/11/2014.

INFOESCOLA. <http://www.infoescola.com/sociedade/estudo-de-caso/> - Acesso em 05/12/2014.

JÚNIOR, Manoel Procópio de Moura. In: Presidentes das ruas numeradas do Alecrim. Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade do Natal/ Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo; organização de João. Gothardo Dantas Emerenciano. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

KREIN, José Dari; WEISHAUPT Proni, Marcelo. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos / José Dari Krein e Marcelo Weishaupt Proni; Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

LAKATOS, Eva Maria/ Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

MEIRELES, Dilmária Silva e. In: Conceito de Serviços, sd. Disponível em PDF.

NASCIMENTO, Gerson Gomes do. Shopping-centers: elementos de (re) produção urbana na zona sul de Natal-RN. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2003.

_____, A redefinição do espaço urbano de Natal/RN a partir da influência dos serviços: uma análise das avenidas Bernardo Vieira e Engenheiro Roberto Freire. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal-RN, 2011.

_____, Os novos caminhos do setor terciário em Natal/RN: uma análise a luz das questões territoriais. Rio Grande do Norte: Temáticas contemporâneas da Reorganização do território. Maria Cristina Cavalcanti Araújo e Valdenido Pedro da Silva [organizadores]. Natal: Editora do CEFET, 2007.

NATAL.<http://natal.rn.gov.br/semurb>

OMB100. <http://www.omb100.com/natal-alecrim/historia>.

Perfil do Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. 2013. Consultado em 07 de jun. 2016. (disponível em PDF).

SANTOS, Milton, 1926-2001. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. – 4ª Ed. 2ª. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Espaço e método. São Paulo: Editora da USP, 2008.

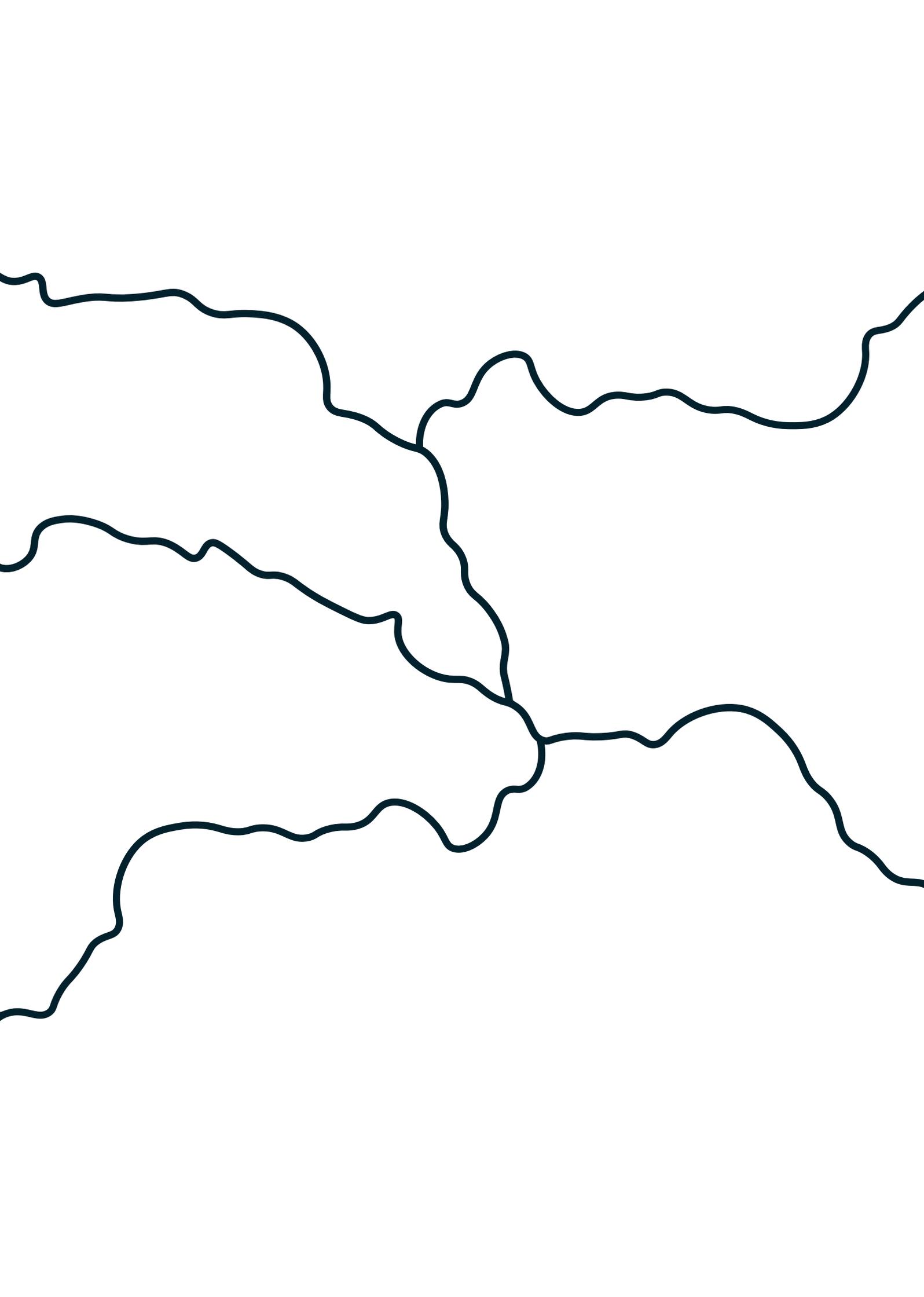
_____. Por uma outra globalização. Do pensamento único a consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

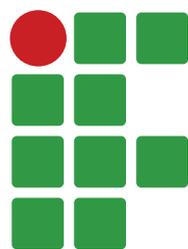
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO. Conheça melhor seu bairro Alecrim. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2008.

SUAPESQUISA. http://www.suapesquisa.com/geografia/setores_economia.htm

TRIBUNA DO NORTE. <http://tribunadonorte.com.br/noticia/comercio-de-rua-impulsiona-a-expansao-economica-do-rn/280957>. Acesso em 19/11/2014.

YIN, R. K. (2005) Estudo de caso: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Editora Bookman.





**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte